

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS



FOLCLORE

SEGMENTO DA CULTURA



2025

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

FOLCLORE
SEGMENTO DA CULTURA

Editora Pascal

2025

Editor Chefe: Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

Edição e Diagramação: Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte: Marcos Clyver dos Santos Oliveira

Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

Revisão: Adelcio Machado Dos Santos

Conselho Editorial

Dr^a Anna Christina Sanazario de Oliveira

Dr. Gabriel Nava Lima

Dr. José Ribamar Neres Costa

Dr. Claudio Alves Benassi

Dr^a Michela Costa Batista

Dr^a Gerbeli de Mattos Salgado Mochel

M.Sc. Eduardo Oliveira Pereira

M.Sc. Tatiana Mendes Bacellar

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237f

Santos, Adelcio Machado dos

Folclore: segmento da cultura / Adelcio Machado dos Santos — São Luís: Editora Pascal, 2025.

60 f. : il.:

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6068-209-2

D.O.I.: 10.29327/5716440

1. Folclore. 2. Cultura popular. 3. Identidade . 4. Pesquisa. I. Santos, Adelcio Machado dos. II. Título.

CDU: 398(81)+316.7:001.8

Qualquer parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, desde que seja citado o autor.

Livro dedicado aos militantes do Terno de Reis

“O folclore é uma das manifestações mais puras da cultura, pois nasce da experiência coletiva e da sabedoria popular acumulada ao longo do tempo”.

(BAUMAN, 2001, p. 67)

BAUMAN, Richard. Folclore, performance e identidade. Tradução de Patrícia Sampaio. São Paulo: UNESP, 2001.

PREÂMBULO

Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos

Primeiramente, uma cultura se manifesta de maneira mais vívida e genuína nas expressões populares que atravessam gerações, reconfigurando-se no tempo sem jamais perder o elo com suas raízes. A esse conjunto de saberes, crenças, práticas e manifestações simbólicas que brotam da vivência cotidiana das comunidades atribui-se o nome de Folclore — um termo que, embora consagrado por convenção científica, ainda carece, no senso comum, de reconhecimento em sua devida complexidade.

Longe de ser apenas um repositório de superstições ou tradições curiosas, o folclore é, em verdade, a memória viva de um povo, a encarnação simbólica de sua história, de suas lutas, de seus medos e esperanças, de seus valores mais profundos.

Destarte, este livro, “Estudos sobre Folclore”, emana da necessidade de promover uma abordagem crítica, interdisciplinar e comprometida com a valorização das culturas populares, em especial no contexto brasileiro, onde a diversidade étnica e regional oferece um campo fértil para a investigação das formas de saber tradicionais.

Mais do que uma compilação de artigos ou uma reunião de temas dispersos, esta obra propõe-se a ser um instrumento de reflexão e diálogo entre a academia, os agentes culturais e a sociedade como um todo, convidando o leitor a reconsiderar o lugar do folclore na formação da identidade nacional.

Ao longo das últimas décadas, o estudo do folclore tem sido atravessado por transformações significativas, tanto metodológicas quanto epistemológicas. Se, outrora, predominavam as abordagens essencialistas e coletoras, voltadas à simples descrição de elementos “folclóricos”, hoje ganha força uma concepção mais dinâmica, que reconhece o folclore como um fenômeno em constante reelaboração, influenciado por fatores sociais, políticos, econômicos e midiáticos.

Esta obra acompanha essa mudança de paradigma, adotando uma perspectiva crítica e atualizada, que reconhece o folclore como uma forma de conhecimento socialmente situada, permeada por disputas de poder, identidades e pertencimentos.

De outro vértice, nos capítulos que compõem este volume, os leitores encontrarão análises que vão do estudo das festas populares às narrativas orais, da música tradicional aos saberes artesanais, passando ainda pelas danças, lendas, cren-

ças e práticas de cura que marcam a vivência de tantas comunidades ao longo do território nacional.

Tais manifestações, muitas vezes relegadas à condição de “curiosidades regionais”, são aqui tratadas com o rigor analítico e o respeito que merecem, não apenas como objetos de pesquisa, mas como expressões legítimas de conhecimento e de resistência cultural.

Todavia, importa destacar que este livro não se propõe a oferecer uma visão totalizante ou definitiva sobre o folclore. Ao contrário, os textos aqui reunidos partem do princípio de que o folclore é um campo aberto, em contínuo movimento, cuja compreensão exige um constante exercício de escuta, de humildade epistemológica e de abertura à pluralidade de vozes e perspectivas.

A própria noção de “folclore” — tantas vezes criticada por sua carga colonial e por seu potencial de exotização — é problematizada ao longo da obra, num esforço de desconstrução que visa reposicioná-la à luz das teorias críticas contemporâneas, das epistemologias do Sul e das práticas decoloniais.

Nesse sentido, este volume também se inscreve numa tradição de pensamento que valoriza as culturas subalternizadas e propõe uma revisão dos cânones que estruturaram os estudos culturais e antropológicos ao longo do século XX.

Destarte, se o folclore foi, em muitos momentos, apropriado como instrumento de construção de uma identidade nacional homogênea — apagando as contradições internas e silenciando as vozes dissonantes —, incumbe agora à pesquisa contemporânea restituir a complexidade e a heterogeneidade dessas manifestações, reconhecendo nelas não apenas o testemunho de um passado longínquo, mas a presença viva de sujeitos históricos que produzem cultura em contextos concretos de existência.

Ademais do enfoque temático, “Estudos sobre Folclore” também busca contribuir metodologicamente com os campos da antropologia, da história oral, dos estudos culturais e da etnografia crítica. Os autores e autoras que assinam os capítulos deste livro partilham o compromisso com uma prática investigativa eticamente responsável, que reconhece os interlocutores da pesquisa não como meros “informantes”, mas como sujeitos ativos no processo de produção de conhecimento.

A relação entre pesquisador e comunidade, aqui, é repensada à luz das novas demandas de colaboração, de reciprocidade e de reconhecimento mútuo que caracterizam a pesquisa social engajada.

Por conseguinte, este livro destina-se a um público amplo e diverso: acadêmicos e estudantes, educadores, agentes culturais, lideranças comunitárias e leitores interessados na riqueza cultural dos povos.

Cada capítulo pode ser lido de forma autônoma, posto que se verifique entre eles um fio condutor que articula diferentes perspectivas em torno de um objetivo comum: compreender o folclore não como um resíduo do passado, mas como uma dimensão viva, atuante e transformadora do presente.

Em tempos de globalização acelerada, de homogeneização cultural e de apagamento sistemático das vozes marginais, torna-se ainda mais urgente reivindicar o valor das culturas populares e tradicionais como fontes legítimas de conhecimento e de expressão simbólica.

O Folclore, longe de ser uma relíquia a ser preservada em museus ou em livros didáticos, é um campo de disputa por sentidos, um espaço onde se inscrevem as tensões entre tradição e modernidade, entre o local e o global, entre o esquecimento e a memória.

Mais do que apresentar o conteúdo deste volume, convidar o leitor a mergulhar nas tramas simbólicas, nas histórias partilhadas, nas vozes muitas vezes silenciadas que compõem o vasto e fascinante universo do folclore. Urge a valorização das culturas populares, para o fortalecimento dos vínculos comunitários e para a construção de um saber plural, sensível e comprometido com a diversidade.

Em epítome, o estudo do Folclore deve se constituir não apenas uma experiência intelectual, mas também um ato de escuta, de afeto e de resistência.

BIOGRAFIA DO AUTOR



O Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos é antropólogo e folclorista.

Doutor e Pós-Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Mestre em Relações Internacionais. Bacharel em Antropologia e Turismo

O núcleo temático de estudo envolve as linhas de pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade, Estudos Culturais e Filosofia da Interdisciplinaridade.

Ex-Reitor, coordenador de curso, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturante (NDE) e colegiado de curso.

Integrou os Conselhos Estaduais de Educação, Cultura e Desportos em Santa Catarina.

Militou no “staff” da Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

Avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos.

Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Vogal das seguintes instituições: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos de Lazer (ANPEL), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. (ABRACE).

Registrado nas seguintes organizações de controle corporativo/SC: CORECON, CREA, CRA, CRQ, CONTRERP, CRECI, OAB, CRBio.

Por final, deu a lume a 83 livros, 165 capítulos de livros e 432 artigos científicos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6663595207403860>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	11
<i>FOLCLORE: elemento da cultura a partir de uma perspectiva antropológica</i>	
CAPÍTULO 2	27
<i>FOLCLORE URBANO: uma compreensão histórica e conceitual</i>	
CAPÍTULO 3	43
<i>A NECESSIDADE DE RESTAURAR A PESQUISA NO FOLCLORE: breve reflexão para o Brasil</i>	



**FOLCLORE:
ELEMENTO DA
CULTURA A PARTIR
DE UMA
PERSPECTIVA
ANTROPOLÓGICA**

FOLKLORE: element of
culture from an
anthropological perspective

Resumo

Este artigo analisa o folclore sob uma perspectiva antropológica, buscando compreendê-lo como um sistema cultural dinâmico, constituído por ritos, mitos, práticas cotidianas e símbolos que organizam a experiência coletiva e estruturam significados compartilhados. A partir de um diálogo entre autores clássicos e contemporâneos da antropologia, discute-se como o folclore articula memória, identidade e pertencimento, configurando-se como campo de disputas simbólicas e relações de poder. O estudo também destaca o papel do folclore na formação de identidades sociais e culturais, bem como sua capacidade de adaptação e reinvenção diante dos contextos da modernidade e das tecnologias digitais. Ao rejeitar visões essencialistas e folcloristas, defende-se uma abordagem crítica e plural, que reconheça o folclore como uma expressão legítima e ativa da cultura popular. A análise proposta reforça a importância de valorizar o saber popular, não como um vestígio arcaico, mas como uma linguagem contemporânea de resistência, negociação e criação cultural.

Palavras-chave: folclore; antropologia; cultura popular; identidade.

Abstract

This article analyzes folklore from an anthropological perspective, aiming to understand it as a dynamic cultural system composed of rites, myths, daily practices, and symbols that structure collective experience and shared meanings. Through a dialogue between classical and contemporary anthropological theories, it discusses how folklore articulates memory, identity, and belonging, functioning as a field of symbolic disputes and power relations. The study also highlights folklore's role in shaping social and cultural identities, as well as its capacity for adaptation and reinvention in the face of modernity and digital technologies. By rejecting essentialist and folklorist views, the article advocates for a critical and pluralistic approach that recognizes folklore as a legitimate and active expression of popular culture. The proposed analysis reinforces the importance of valuing popular knowledge not as an archaic residue, but as a contemporary language of resistance, negotiation, and cultural creation.

Keywords: folklore; anthropology; popular culture; identity.

1 INTRODUÇÃO

O estudo do folclore, enquanto expressão viva e dinâmica da cultura de um povo, é tema de recorrente interesse nas ciências humanas, especialmente na antropologia. No cerne das tradições orais, dos mitos, das festas populares, das crenças e dos saberes transmitidos de geração em geração, o folclore se revela como um conjunto de manifestações que ultrapassam o campo da mera curiosidade ou do exotismo regionalista.

Longe de se constituir em um conjunto de práticas meramente folclóricas no sentido trivial do termo, ele representa um verdadeiro sistema de significados que dá forma e sentido à vida coletiva. Nesta perspectiva, a antropologia, com sua abordagem interpretativa e etnográfica, oferece instrumentos teóricos e metodológicos privilegiados para compreender o folclore como um fenômeno cultural estruturante, profundamente vinculado às dinâmicas de identidade, memória, resistência e pertencimento.

O termo “folclore” tem origem na junção das palavras inglesas *folk* (povo) e *lore* (sabedoria), sendo cunhado por William Thoms em 1846 para designar os saberes populares transmitidos de forma oral. No entanto, sua adoção nos estudos culturais e antropológicos assumiu contornos variados ao longo do tempo.

Inicialmente relacionado a uma visão romântica e idealizada das tradições populares, o conceito foi posteriormente revisitado por estudiosos como Edward Tylor, que o situou dentro de uma abordagem evolucionista da cultura, e posteriormente por autores como Franz Boas e Bronislaw Malinowski, que passaram a valorizar a diversidade cultural e a relatividade dos sistemas simbólicos.

No Brasil, Luís da Câmara Cascudo se destacou como um dos principais sistematizadores do folclore nacional, reunindo em sua vasta obra um repertório de manifestações populares que atravessam o território brasileiro com marcas da oralidade, religiosidade, alimentação, festividades e linguagens vernaculares.

Contudo, é na virada interpretativa da antropologia, notadamente com os trabalhos de Clifford Geertz, que o folclore passa a ser compreendido não apenas como um objeto empírico de estudo, mas como uma “teia de significados” na qual os indivíduos estão inseridos. A cultura, nesse sentido, é vista como um sistema simbólico, e o folclore, enquanto parte integrante desse sistema, revela as estruturas profundas de pensamento, sentimento e organização social de um grupo.

Destarte, estudar o folclore antropológicamente não é apenas descrever práticas e narrativas, mas buscar entender como essas práticas constroem e reproduzem significados compartilhados, como operam em contextos históricos específicos e como resistem, adaptam-se ou são apropriadas em situações de conflito cultural e dominação simbólica.

A antropologia permite ainda uma compreensão crítica do uso político do folclore. Em contextos coloniais ou pós-coloniais, muitas manifestações populares foram marginalizadas, consideradas atrasadas ou inferiores diante da cultura oficial. Por outro lado, em muitos momentos, o folclore foi instrumentalizado como elemento de construção de identidades nacionais, frequentemente de forma seletiva, apagando a diversidade cultural em nome de uma narrativa homogênea e idealizada. Essa tensão entre tradição e modernidade, autenticidade e invenção, espontaneidade e institucionalização, é um dos campos mais fecundos para a análise antropológica contemporânea.

Ademais disso, o folclore não pode ser compreendido como um conjunto estático de práticas do passado, mas sim como um campo em constante transformação, atravessado por processos de resignificação, atualização e negociação. As manifestações culturais populares são reconfiguradas à medida que os contextos sociais, políticos e econômicos se alteram, desafiando noções essencialistas e cristalizadas sobre o que seria “autêntico” ou “tradicional”.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer o caráter processual do folclore e sua vinculação com os modos de vida cotidianos das populações que os produzem, vivenciam e reelaboram.

Em face disso, este artigo tem por objetivo analisar o folclore como elemento da cultura sob a ótica da antropologia, discutindo suas dimensões simbólicas, seus processos de transmissão e sua relação com a identidade, a memória e o poder. Para isso, serão mobilizados referenciais teóricos clássicos e contemporâneos da antropologia cultural, com destaque para autores como Edward Tylor, Clifford Geertz, Claude Lévi-Strauss e Roger Bastide, bem como estudiosos brasileiros como Câmara Cascudo, Hermínio Martins e Gilberto Velho.

A proposta é superar a visão redutora do folclore como simples curiosidade etnográfica e demonstrar sua centralidade nos estudos culturais, como chave de leitura para a compreensão das dinâmicas socioculturais de diferentes grupos.

O artigo está organizado em cinco seções. Após esta introdução, o segundo capítulo apresenta os fundamentos teóricos que embasam a análise do folclore sob uma perspectiva antropológica. Na terceira seção, o folclore é tratado como sistema cultural, com foco em ritos, mitos e práticas cotidianas. O quarto capítulo aprofunda as perspectivas críticas da antropologia sobre o folclore, discutindo seu dinamismo e sua relação com as estruturas de poder. Por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais se destacam os principais aportes da antropologia para o entendimento do folclore como elemento vital da cultura.

2 FOLCLORE: ORIGENS E CONCEITOS

O termo “folclore” surgiu no século XIX, mais precisamente em 22 de agosto de 1846, quando o antiquário britânico William John Thoms propôs a expressão *folklore* como alternativa para o que até então se denominava de “antiguidades populares” (*popular antiquities*) no contexto da Inglaterra vitoriana.

Thoms buscava uma nomenclatura que designasse os saberes, práticas e tradições culturais do povo comum, o *folk*, que se transmitiam oralmente de geração em geração, e que compunham o que ele chamou de *lore*, ou seja, o saber popular (Thoms, 1846 apud Dundes, 2007).

Desde então, o conceito de folclore passou por diversas reformulações, conforme os contextos históricos e as tradições intelectuais nas quais foi inserido. No século XIX, fortemente influenciado pelo romantismo europeu, o folclore foi associado à ideia de herança nacional e autenticidade cultural, servindo muitas vezes como fundamento para a construção das identidades nacionais em países recém-formados ou em processos de unificação, como Alemanha e Itália (Zumthor, 2000). Essa abordagem enfatizava a “pureza” das tradições populares, tomadas como expressões espontâneas da alma do povo.

Na antropologia clássica, o folclore inicialmente figurou como uma manifestação primitiva da cultura, integrada à visão evolucionista do conhecimento. Tylor (1871), considerado um dos fundadores da antropologia cultural, via o folclore como um “fóssil social”, ou seja, um vestígio de formas arcaicas de pensamento e comportamento que haviam sobrevivido na modernidade, carregando traços de estágios anteriores da evolução cultural.

Segundo Tylor, a cultura, entendida de forma ampla como o “complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, direito, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (Tylor, 1871, p. 1), continha em si tanto elementos modernos quanto resquícios do passado, sendo o folclore um desses elementos residuais.

Com o desenvolvimento da antropologia estruturalista e simbólica, especialmente a partir da metade do século XX, a concepção de folclore passou a ser repensada como parte de sistemas culturais dinâmicos e não como simples sobrevivência do passado. Lévi-Strauss (1976), por exemplo, ao analisar os mitos e as estruturas narrativas, reconheceu no folclore um campo fértil para a compreensão das estruturas inconscientes do pensamento humano. O autor via nas narrativas orais e nas práticas populares uma lógica simbólica rigorosa, por meio da qual as sociedades organizavam suas concepções de mundo, classificavam a natureza e regulavam suas relações sociais.

Outro salto importante na conceituação do folclore ocorreu com a perspectiva

interpretativa de Geertz (1973), para quem a cultura deve ser entendida como um “texto” que precisa ser interpretado. Nesse sentido, o folclore é uma expressão simbólica que carrega significados múltiplos, construídos e compartilhados socialmente. Para Geertz, “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” (Geertz, 1973, p. 5), sendo o folclore uma dessas teias fundamentais para a constituição da experiência coletiva.

No Brasil, o conceito de folclore ganhou contornos particulares com os estudos pioneiros de Luís da Câmara Cascudo, principal referência nacional sobre o tema. Em sua obra monumental *Dicionário do folclore brasileiro*, Cascudo (1972) define o folclore como “o complexo de usos, costumes, tradições, lendas, crenças, artes populares de um povo, preservados pela transmissão oral e pelas práticas comunitárias”.

Para ele, o folclore é parte integrante da cultura nacional e não deve ser reduzido a uma coleção de curiosidades ou exotismos regionais. Ao contrário, trata-se de uma expressão viva da cultura popular, em constante atualização, ainda que baseada em tradições.

Autores contemporâneos aprofundam essa visão dinâmica do folclore, questionando sua essencialização e destacando sua dimensão política. Abreu (1999) discute o processo de patrimonialização do folclore no Brasil, apontando como determinadas práticas populares são institucionalizadas como patrimônio cultural, enquanto outras são silenciadas ou deslegitimadas. Nesse sentido, o folclore passa a ser entendido como um campo de disputas simbólicas, onde se negociam sentidos, memórias e pertencimentos.

Ademais disso, Carvalho (2001) e Vianna (1997) chamam a atenção para o papel do folclore na construção das identidades culturais contemporâneas, especialmente nas periferias urbanas, onde se mesclam tradições populares e inovações tecnológicas. O folclore, portanto, não pode mais ser pensado como algo estático, preso ao passado, mas como um conjunto de práticas em constante transformação, capaz de dialogar com as dinâmicas da globalização, da mídia e dos movimentos sociais. Zumthor (2000) pontua que o conceito de folclore evoluiu de uma noção centrada na tradição e na pureza cultural para uma perspectiva mais ampla e complexa, que o reconhece como fenômeno cultural multifacetado, situado historicamente e permeado por relações de poder.

A antropologia contemporânea contribui para esse entendimento ao incorporar o folclore como categoria analítica capaz de revelar os processos simbólicos, sociais e políticos que conformam a vida em sociedade.

3 CULTURA E SIMBOLISMO NA ANTROPOLOGIA

A compreensão antropológica do folclore passa necessariamente por uma reflexão aprofundada sobre o conceito de cultura e sua intrínseca relação com os sistemas simbólicos.

Desde os primórdios da antropologia como disciplina científica, a noção de cultura foi central para a análise das sociedades humanas, mas foi ao longo do século XX que o campo passou a valorizar de maneira mais consistente a dimensão simbólica da experiência social. A cultura, nesse sentido, é mais do que um conjunto de práticas ou objetos materiais; ela é, sobretudo, um sistema estruturado de significados compartilhados, que confere coerência à vida coletiva e orienta a conduta dos indivíduos em seus respectivos contextos históricos e sociais.

A concepção clássica de cultura elaborada por Tylor (1871) é um ponto de partida fundamental para essa discussão. Em sua obra *Primitive Culture*, publicada em 1871, Tylor (1871) define cultura como aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade. Essa definição, embora enraizada em um paradigma evolucionista, introduz uma compreensão abrangente da cultura como um fenômeno total, integrando dimensões simbólicas e materiais da vida social.

Com o avanço das abordagens relativistas e funcionalistas, particularmente a partir dos trabalhos de Franz Boas e Bronislaw Malinowski, a cultura passou a ser concebida como um conjunto integrado de práticas e valores específicos a cada sociedade. Boas, em sua crítica ao evolucionismo linear, destacou a importância de estudar os contextos culturais em sua própria lógica interna, sem hierarquizá-los segundo parâmetros ocidentais (Boas, 1940).

Malinowski, por sua vez, reforçou a necessidade de compreender a função social dos elementos culturais, defendendo que cada item cultural contribui para a coesão e a continuidade do grupo que o produz (Malinowski, 1978).

No entanto, é com o desenvolvimento da antropologia simbólica e interpretativa, sobretudo a partir das décadas de 1950 e 1970, que a dimensão simbólica da cultura ganha centralidade teórica. Claude Lévi-Strauss, expoente do estruturalismo, argumenta que a cultura se organiza como uma linguagem, estruturada por pares de oposição binária que orientam o pensamento humano (Lévi-Strauss, 1958).

Para ele, os mitos, os rituais e as classificações simbólicas expressam formas universais de ordenar o mundo e atribuir sentido à realidade, sendo o simbólico um operador lógico da cultura.

A partir de uma perspectiva distinta, mas complementar, Geertz (1973) pro-

põe uma abordagem hermenêutica da cultura, entendendo-a como um “tecido de significados” que os indivíduos constroem e compartilham. Geertz (1973) afirma que a cultura não é um poder, algo a que se recorra para explicar comportamentos diversos; ela é um contexto, algo dentro do qual esses comportamentos podem ser inteligivelmente – isto é, significativamente – descritos.

Destarte, a cultura deve ser lida como um texto, e o papel do antropólogo seria o de interpretá-lo, por meio de uma descrição densa que revele os múltiplos sentidos subjacentes às práticas sociais.

O simbolismo, nesse contexto, não é um mero acessório da cultura, mas o seu núcleo constitutivo. Os símbolos funcionam como mediadores entre a experiência sensível e as estruturas cognitivas e afetivas dos sujeitos. Eles condensam valores, histórias, tensões e identidades. Como destaca Turner (1967), os símbolos rituais, por exemplo, operam simultaneamente em múltiplos níveis de significação, sendo capazes de mobilizar sentimentos, legitimar hierarquias sociais e canalizar conflitos.

Para Turner (1967), os rituais são “dramas sociais” nos quais se atualizam os valores fundamentais de uma comunidade, e os símbolos são os veículos por excelência dessa atualização.

A abordagem simbólica da cultura também possibilita a análise das transformações sociais. Os símbolos, embora estejam ancorados em tradições, não são fixos; ao contrário, são constantemente reinterpretados, ressignificados e apropriados por diferentes grupos em contextos históricos específicos (Boas, 1940). Essa perspectiva é particularmente relevante para a análise do folclore, que se manifesta como um campo privilegiado de produção simbólica -- músicas, danças, narrativas, festas e artefatos populares expressam visões de mundo, resistências culturais e estratégias de afirmação identitária, funcionando como canais de comunicação entre passado e presente, tradição e inovação (Damatta, 1986)

No Brasil, a relação entre cultura e simbolismo tem sido objeto de estudo de importantes autores, Velho (2001), que destaca o caráter polifônico e conflitivo da cultura urbana, onde os símbolos circulam entre diferentes grupos sociais e são reapropriados em função de interesses diversos.

Nessa mesma direção, DaMatta (1986) analisa os rituais e festividades brasileiras – como o carnaval – como dispositivos simbólicos que encenam as contradições da sociedade brasileira e promovem uma inversão temporária das hierarquias sociais, revelando as ambiguidades do sistema cultural nacional.

Velho (2001) argumenta que a antropologia contribui decisivamente para uma compreensão ampliada da cultura como sistema simbólico. Ao reconhecer que os símbolos são constitutivos das práticas sociais e não simples representações exter-

nas, a disciplina ilumina os modos como os indivíduos e grupos constroem significados, negociam identidades e organizam sua vida coletiva.

Essa abordagem é particularmente fecunda para o estudo do folclore, pois permite compreender as manifestações populares como expressão de racionalidades culturais específicas, que articulam saberes, memórias, afetos e conflitos em forma simbólica.

4 O FOLCLORE COMO SISTEMA CULTURAL: RITOS, MITOS, MEMÓRIA, IDENTIDADE E PRÁTICAS COTIDIANAS

Compreender o folclore como um sistema cultural implica superar a visão reducionista que o trata como um repositório de tradições estáticas ou como um conjunto de práticas curiosas relegadas à esfera do exótico. Na perspectiva antropológica contemporânea, o folclore deve ser entendido como um campo dinâmico de produção simbólica, no qual se articulam sentidos, valores, ritos, memórias e identidades coletivas.

Trata-se, portanto, de um sistema em constante negociação, atravessado por disputas simbólicas e marcado pelas transformações históricas e sociais que incidem sobre as práticas culturais populares (Abreu, 1999). Essa abordagem permite compreender o folclore não como resíduo do passado, mas como elemento constitutivo da cultura viva de um povo, que expressa e (re)organiza continuamente sua experiência coletiva no mundo.

No interior desse sistema, os ritos, mitos e práticas cotidianas assumem papel central. Os ritos populares – festas religiosas, celebrações de ciclos agrícolas, rituais de passagem – operam como marcos simbólicos fundamentais na vida social. Segundo Turner (1967), os rituais cumprem a função de renovar os laços sociais e reafirmar os valores do grupo, funcionando como “dramas sociais” que encenam as tensões e contradições presentes na estrutura cultural. Em sociedades tradicionalmente organizadas, tais ritos são essenciais para a reprodução simbólica da ordem social, mas mesmo em contextos urbanos contemporâneos eles persistem, adaptando-se a novos contextos e mantendo sua função agregadora.

As festas juninas, por exemplo, são expressão viva dessa dinâmica. Com raízes nas celebrações europeias cristãs, essas festas foram apropriadas pelas comunidades brasileiras, sobretudo no Nordeste, e reconfiguradas à luz das tradições locais (Velho, 2001). Incorporaram elementos da cultura sertaneja, como a quadrilha, os trajes típicos e a música caipira, transformando-se em um rito coletivo que celebra não apenas a religiosidade popular, mas também a identidade regional e os modos de vida camponeses.

Essa prática, embora enraizada na tradição, sofre atualizações constantes, demonstrando a vitalidade do folclore como fenômeno adaptativo.

Ao lado dos ritos, os mitos e narrativas populares constituem outro eixo estruturante do folclore enquanto sistema cultural. Como destaca Lévi-Strauss (1958), os mitos não são meras histórias fantásticas, mas modos complexos de pensamento que organizam a experiência humana e explicam simbolicamente os fenômenos naturais e sociais.

No folclore brasileiro, as figuras do boto, da mula-sem-cabeça, do saci e da Iara expressam, por meio de seus enredos, valores morais, medos coletivos, estruturas de poder e conflitos sociais. A transmissão oral dessas narrativas, muitas vezes associadas ao ambiente familiar ou comunitário, preserva estruturas simbólicas que orientam o comportamento, reforçam as fronteiras entre o permitido e o proibido e atualizam, constantemente, as visões de mundo dos grupos sociais.

No plano das práticas cotidianas, o folclore também se manifesta em formas aparentemente simples, como provérbios, cantigas, brincadeiras, culinária e modos de vestir. Essas expressões, embora rotineiras, constituem verdadeiros dispositivos culturais de construção de sentido. Como afirma Bourdieu (1989), a cultura se encarna em “habitus” – disposições duráveis que orientam as ações e percepções dos sujeitos –, e nesse sentido, o folclore, como campo do cotidiano, participa ativamente da formação desses “habitus”.

Ao preparar uma comida típica, contar uma anedota ou reproduzir uma brincadeira tradicional, os sujeitos não apenas reproduzem uma prática, mas reafirmam pertencimentos, ativam memórias e se inserem em uma continuidade cultural que os ultrapassa.

Essa dimensão cotidiana do folclore revela sua íntima ligação com os processos de transmissão cultural, memória social e constituição da identidade coletiva. A cultura popular se reproduz majoritariamente por meio da oralidade e da experiência vivida, o que confere ao folclore um caráter comunitário e afetivo.

Halbwachs (1990), ao desenvolver o conceito de memória coletiva, afirma que a lembrança dos fatos e das tradições não é um ato individual isolado, mas uma reconstrução social mediada pelo grupo. No caso do folclore, essa memória é incorporada por meio de práticas partilhadas e simbolicamente codificadas, sendo atualizada nas celebrações, nas narrativas e nos hábitos do cotidiano.

Por conseguinte, a transmissão do folclore não ocorre de forma neutra ou mecânica; ela é um processo ativo de reconstrução do passado à luz das necessidades do presente. Como propõe Ricoeur (2007), a memória cultural é sempre seletiva e orientada por disputas de sentido. Assim, o que é lembrado ou esquecido no repertório folclórico de um povo diz muito sobre seus valores, suas contradições e

suas estratégias de resistência. A memória, nesse sentido, não é apenas um arquivo do passado, mas um elemento constitutivo da identidade coletiva.

É por meio do folclore que as comunidades constroem narrativas sobre si mesmas, se reconhecem enquanto grupo e diferenciam-se dos outros.

Essa identidade cultural construída através do folclore não é homogênea nem fixa. Ela é fragmentada, relacional e em constante processo de reelaboração. Hall (2006), ao discutir a identidade cultural na modernidade tardia, destaca que os sujeitos são interpelados por múltiplas referências simbólicas e que a identidade se constrói no jogo entre tradição e mudança, entre local e global. O folclore, nesse contexto, assume papel central como um dos vetores de enraizamento identitário, mas também como arena de disputas simbólicas em contextos de multiculturalismo, hibridização e globalização.

No Brasil, a construção da identidade nacional esteve, desde o século XIX, profundamente associada ao uso político do folclore. A ideia de uma cultura brasileira autêntica foi muitas vezes forjada a partir da valorização seletiva de determinadas manifestações populares, como o samba, o carnaval, o candomblé e a literatura de cordel, em detrimento de outras expressões igualmente legítimas. Como aponta Abreu (1999), o processo de patrimonialização do folclore é sempre marcado por escolhas e exclusões, que refletem as correlações de força entre os diferentes grupos sociais.

O folclore, portanto, é também um campo de poder, no qual se constroem, legitimam e disputam identidades.

Ademais disso, os processos de globalização e de avanço das tecnologias digitais têm impactado significativamente a transmissão e a ressignificação do folclore. As práticas culturais tradicionais passam a circular em novos suportes, como vídeos, memes e plataformas interativas, o que modifica seus modos de enunciação e recepção.

Posto que muitos estudiosos vejam nisso uma ameaça à “autenticidade” das tradições, outros, como Canclini (2006), defendem que tais processos representam formas legítimas de atualização cultural e de resistência simbólica. A cultura popular, historicamente marginalizada, encontra nesses meios novas possibilidades de expressão e de afirmação identitária, expandindo seus circuitos de circulação e incorporando novos sujeitos produtores.

Destarte, compreender o folclore como sistema cultural exige considerá-lo em sua complexidade estrutural, funcional e simbólica. Como argumenta Velho (2001), os ritos, mitos e práticas do cotidiano operam como dispositivos culturais que articulam a memória coletiva, transmitem valores e constroem identidades. Esses elementos não estão isolados no tempo ou no espaço, mas inseridos em tra-

mas sociais dinâmicas, em que o passado é constantemente reatualizado para responder às demandas do presente. O folclore, portanto, não é uma “sobrevivência” arcaica ou um “resíduo” da cultura, mas uma forma ativa de construção do social, um campo estratégico de mediação entre tradição e transformação, entre pertencimento e invenção, entre resistência e reinvenção cultural.

5 PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS SOBRE O FOLCLORE: PRÁTICA, DINÂMICA E RELAÇÕES DE PODER

A antropologia atual enfatiza o caráter processual e situado das manifestações folclóricas, reconhecendo nelas dispositivos de negociação simbólica, resistência política e produção de identidade em contextos marcados por desigualdades e conflitos. Em primeiro lugar, é fundamental compreender o folclore como prática.

Ao contrário das abordagens que o tratam como uma herança estática do passado, Geertz (1973) propõem que a cultura – e, por extensão, o folclore – deve ser interpretada como um sistema simbólico em permanente construção. Nessa lógica, as práticas folclóricas são ações socialmente situadas, produzidas por sujeitos históricos que reinterpretem e atualizam seus significados em função de contextos específicos.

Essa concepção permite reconhecer que as manifestações folclóricas não são meramente “preservadas” ou “repetidas”, mas sim constantemente reinventadas pelos agentes que delas participam. A cada nova performance de um auto popular, a cada encenação de uma dança tradicional, a cada recontar de um mito oral, elementos são ressignificados, incorporando novas influências e expressando demandas atuais.

Como defende Bauman (1977), a performance folclórica é um ato comunicativo situado, no qual se negociam identidades, fronteiras e valores. Isso evidencia o folclore como prática viva, inserida em circuitos sociais mais amplos de interação e de produção cultural.

Ademais do aspecto prático, o folclore deve ser compreendido como uma manifestação dinâmica, em constante trânsito entre tradição e inovação. A antropologia pós-estruturalista tem destacado que os elementos culturais não se conservam como “coisas”, mas circulam, sofrem apropriações e se transformam ao longo do tempo.

Nesse sentido, o conceito de “tradição inventada”, cunhado por Hobsbawm e Ranger (1983), é particularmente esclarecedor. Segundo os autores, muitas tradições que se apresentam como ancestrais são, na verdade, criações recentes que buscam conferir legitimidade a determinadas práticas culturais ou projetos iden-

titários. Essa noção desmonta a ideia de autenticidade absoluta, revelando que o folclore frequentemente opera como dispositivo de mediação entre o passado construído e o presente vivido.

No contexto brasileiro, tal dinâmica é visível em práticas como o bumba-meu-boi, o maracatu, o fandango e o samba de roda, cujas formas variam amplamente conforme os grupos, regiões e circunstâncias históricas. Como mostra Vianna (1997), o samba, por exemplo, embora frequentemente retratado como símbolo da tradição afro-brasileira, passou por um intenso processo de urbanização, institucionalização e mercantilização ao longo do século XX.

Sua trajetória revela como o folclore é atravessado por processos de seletividade cultural, por políticas públicas de patrimonialização e por disputas simbólicas em torno do “verdadeiro” e do “autêntico”.

Esse aspecto nos leva à terceira dimensão analítica: o folclore como campo de relações de poder. A cultura popular, longe de ser neutra ou consensual, é muitas vezes o espaço onde se expressam e se tensionam as hierarquias sociais, as exclusões e as resistências. Foucault (1984) já havia advertido que os discursos culturais – incluindo os do folclore – são atravessados por relações de saber-poder, e que toda produção simbólica está vinculada a estruturas de dominação ou contestação. Assim, o que é reconhecido como “folclore” em determinado momento histórico é fruto de uma disputa entre diferentes grupos sociais pelo direito de definir o que merece ser valorizado como patrimônio ou desqualificado como “cultura menor”.

Esse processo é evidente na história da formação nacional brasileira. A partir da década de 1930, com o projeto de unificação simbólica conduzido pelo Estado Novo, houve uma intensa instrumentalização do folclore como elemento da identidade nacional. As festas populares, a música regional, os trajes típicos e as danças foram apropriadas seletivamente pelo aparato estatal e transformados em ícones da brasilidade, muitas vezes descolados de seus significados originais.

Como observa Abreu (1999), esse movimento de patrimonialização cultural opera uma “domesticação” do folclore, em que o Estado e as elites culturais conferem legitimidade a determinadas expressões populares enquanto marginalizam outras.

No plano contemporâneo, a antropologia tem se dedicado a investigar como os sujeitos e coletividades utilizam o folclore como estratégia de resistência e afirmação identitária. Em comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e urbanas periféricas, práticas folclóricas como a música, o artesanato, os rituais religiosos e as narrativas orais têm servido como meios de preservação de saberes ancestrais e de enfrentamento ao racismo, à homogeneização cultural e às pressões do capital (Nessas situações, o folclore deixa de ser apenas um objeto de análise e passa a ser

uma ferramenta política, com potencial contra-hegemônico.

Carvalho (2001) argumenta que é preciso descolonizar o olhar sobre o folclore, rompendo com a tradição eurocêntrica que o subalterniza em relação à cultura letrada. Para Carvalho, reconhecer a centralidade dos saberes populares – inclusive em espaços acadêmicos – é uma forma de reequilibrar as relações de poder no campo cultural e promover uma verdadeira pluralidade epistemológica. Da mesma forma, os estudos de Canclini (2006) apontam para a relevância das culturas híbridas e das práticas culturais que transitam entre o tradicional e o moderno, desafiando fronteiras rígidas entre folclore e cultura de massa.

Em última análise, importa considerar que, no mundo digital contemporâneo, o folclore encontra novos modos de circulação, ressignificação e apropriação. As plataformas como YouTube, TikTok e Instagram são utilizadas por grupos culturais para divulgar danças, mitos, músicas e festividades tradicionais, muitas vezes ampliando o alcance dessas práticas e fortalecendo sentimentos de pertencimento coletivo.

Posto que essa midiaticização do folclore gere debates sobre autenticidade e espetacularização, ela também pode ser interpretada como uma nova forma de agência cultural, na qual os próprios sujeitos populares exercem controle sobre a narrativa e o uso de seus repertórios simbólicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do folclore sob a perspectiva antropológica permite compreender que suas manifestações não são vestígios estáticos de um passado remoto, mas expressões vivas da cultura que articulam significados, memórias e identidades no presente. Ao longo deste estudo, buscou-se demonstrar como o folclore é um fenômeno cultural complexo, que envolve práticas simbólicas, rituais, narrativas e modos de vida, atravessados por disputas sociais, políticas e históricas.

Abandonar uma visão folclorista e essencialista, que o reduz a uma coleção de curiosidades, foi um passo necessário para reconhecer sua potência como linguagem social e instrumento de mediação entre tradição e transformação.

Os aportes da antropologia clássica e contemporânea possibilitaram mapear as múltiplas dimensões do folclore enquanto sistema cultural. Desde os mitos e ritos até as práticas cotidianas e performances simbólicas, percebeu-se que o folclore organiza e expressa a visão de mundo de grupos sociais, funcionando como um repositório dinâmico de significados. Os símbolos, os gestos e as palavras que compõem o universo folclórico não apenas comunicam, mas estruturam a experiência coletiva e influenciam as formas de sociabilidade, pertencimento e resistên-

cia.

Ademais disso, foi possível observar que o folclore é um território estratégico de construção e disputa de identidades. Através dele, comunidades reafirmam seus saberes, desafiam hegemonias culturais e elaboram respostas às tensões contemporâneas. O reconhecimento de que as manifestações folclóricas são atravessadas por relações de poder permite compreender por que certos elementos são valorizados enquanto outros são marginalizados.

Nesse sentido, o folclore não é um campo neutro, mas sim um espaço de negociação simbólica que espelha os conflitos e as assimetrias da vida social.

Outro aspecto relevante abordado foi a capacidade adaptativa do folclore diante das transformações sociais e tecnológicas. Longe de desaparecer com a modernidade, o folclore se reconfigura em novos meios, linguagens e formatos.

As mídias digitais, por exemplo, tornaram-se arenas para a atualização e disseminação de práticas tradicionais, revelando novas formas de agência cultural. Esse processo reafirma que o folclore é um organismo vivo, moldado por contextos históricos e reinventado continuamente pelos sujeitos sociais.

Por conseguinte, conclui-se que o folclore, quando analisado com o rigor e a sensibilidade da antropologia, revela-se uma chave de leitura privilegiada para compreender as dinâmicas culturais, os processos de memória, a construção de identidades e as relações de poder na sociedade.

Por final, a sua valorização crítica e dialógica é essencial para o reconhecimento da diversidade cultural, para o fortalecimento das expressões populares e para a construção de políticas culturais mais inclusivas e democráticas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. *O Enigma do Patrimônio*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- BOAS, Franz. *Race, Language and Culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1940.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- CARVALHO, José Jorge de. Folclore e cultura popular: uma proposta de descolonização do saber. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 45, p. 95–106, 2001.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1972.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

- DUNDES, Alan. Folklore as a Mirror of Culture. In: DUNDES, Alan. *Folklore: Critical Concepts in Literary and Cultural Studies*. Londres: Routledge, 2007. v. 1.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1973.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007.
- THOMS, William J. The term “Folklore”. *The Athenaeum*, n. 982, 1846. [Reproduzido in DUNDES, Alan (ed.). *Folklore*. Londres: Routledge, 2007].
- TURNER, Victor. *The Forest of Symbols: Aspects of Ndembu Ritual*. Ithaca: Cornell University Press, 1967.
- TYLOR, Edward B. *Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art and Custom*. Londres: John Murray, 1871.
- VELHO, Gilberto. *Indivíduo e sociedade: a estrutura das relações interpessoais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- VIANNA, Hermano. *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a “literatura” medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

**FOLCLORE URBANO:
UMA COMPREENSÃO
HISTÓRICA E
CONCEÍTUAL**

URBAN FOLKLORE: a
historical and conceptual
understanding

Resumo

Este artigo propõe uma compreensão histórica e conceitual do folclore urbano, analisando suas origens, transformações e funções socioculturais no contexto da vida nas cidades. A pesquisa evidencia que, apesar de sua aparência moderna, o folclore urbano mantém elementos estruturais do folclore tradicional, como a oralidade, a coletividade e a plasticidade narrativa. A partir de um percurso histórico que remonta ao século XIX, demonstra-se como as lendas urbanas emergiram em resposta aos dilemas da modernidade, ganhando destaque nos ambientes urbanos marcados por anonimato, insegurança e tensões morais. O estudo analisa ainda a cidade como espaço simbólico e narrativo, onde as histórias folclóricas constroem e reconfiguram sentidos sociais. Identificam-se as funções do folclore urbano como dispositivo de regulação moral, produção de pertencimento e resistência simbólica. Por fim, são discutidas as principais tensões conceituais e desafios de pesquisa que envolvem o tema, como sua fluidez, a banalização midiática e o surgimento de conteúdos manipulados (*fakelore*). Conclui-se que o folclore urbano é uma chave de leitura potente para compreender a cultura popular contemporânea e os modos de subjetivação urbana.

Palavras-chave folclore urbano; cultura popular; cidade; lenda contemporânea.

Abstract

This article offers a historical and conceptual understanding of urban folklore by analyzing its origins, transformations, and sociocultural functions within the context of city life. The research shows that, despite its modern appearance, urban folklore preserves structural elements of traditional folklore, such as orality, collectivity, and narrative plasticity. Through a historical path beginning in the 19th century, it demonstrates how urban legends emerged in response to the dilemmas of modernity, gaining relevance in urban environments marked by anonymity, insecurity, and moral tensions. The study also analyzes the city as a symbolic and narrative space, where folkloric stories construct and reshape social meanings. Urban folklore is identified as a tool for moral regulation, social belonging, and symbolic resistance. Finally, the main conceptual tensions and research challenges are addressed, such as narrative fluidity, media trivialization, and the rise of manipulated content (*fakelore*). It concludes that urban folklore is a powerful analytical key to understanding contemporary popular culture and urban subjectivity.

Keywords: urban folklore; popular culture; city; contemporary legend.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão do folclore, ao longo dos séculos, passou por profundas transformações teóricas, conceituais e metodológicas. Tradicionalmente associado às manifestações culturais das comunidades rurais, o folclore foi, por muito tempo, interpretado como um conjunto de saberes cristalizados, transmitidos oralmente por gerações, com raízes na tradição popular. No entanto, com o avanço da urbanização e a crescente complexidade das sociedades modernas, novas expressões culturais emergiram nos contextos urbanos, demandando uma reinterpretação do conceito de folclore.

É nesse cenário que surge o interesse pelo chamado “folclore urbano”, categoria que, embora ainda em consolidação no meio acadêmico, tem revelado um campo fértil para análise dos imaginários sociais, das práticas simbólicas e das narrativas coletivas que circulam nas cidades contemporâneas.

O folclore urbano, diferentemente de suas manifestações tradicionais, não se ancora necessariamente em um tempo mítico nem está restrito aos espaços rurais. Ele emerge das vivências cotidianas dos sujeitos urbanos e se expressa por meio de lendas, rumores, boatos, mitos contemporâneos e outras formas de narrativa que, muitas vezes, têm como veículo as mídias de massa ou as redes digitais.

Conquanto não possuir a legitimidade e o reconhecimento formal que caracteriza o folclore clássico, essas manifestações cumprem funções similares: organizam simbolicamente o mundo, oferecem respostas a incertezas sociais, reforçam valores culturais e, sobretudo, expressam medos, tensões e desejos coletivos.

Por essa razão, compreender o folclore urbano implica ultrapassar os limites da tradição e adentrar os complexos territórios das representações sociais e das dinâmicas culturais das cidades.

Nas últimas décadas, estudiosos como Linda Dégh, Jan Harold Brunvand e outros pesquisadores da área da Antropologia e dos Estudos Culturais têm se dedicado a explorar esse campo, ampliando o escopo de investigação sobre o folclore e propondo novas categorias de análise.

No Brasil, embora nomes como Luís da Câmara Cascudo tenham aberto caminhos importantes para os estudos folclóricos, a temática do folclore urbano ainda carece de maior sistematização teórica e de reconhecimento acadêmico.

Observa-se, contudo, uma crescente valorização dessas manifestações na literatura, no cinema, na cultura digital e nas pesquisas voltadas para os estudos urbanos e comunicacionais, o que justifica e motiva o aprofundamento deste debate.

Este artigo tem como objetivo central realizar uma análise histórico-conceitual do folclore urbano, buscando compreender suas origens, características e funções

dentro das sociedades contemporâneas.

Para isso, será feita uma revisão bibliográfica que contempla autores clássicos e contemporâneos, com o intuito de estabelecer um diálogo entre os paradigmas tradicionais do folclore e as novas perspectivas que emergem com o advento da cultura urbana. Pretende-se, ainda, discutir as tensões conceituais que permeiam essa categoria, questionando as fronteiras entre o erudito e o popular, o tradicional e o moderno, o real e o imaginário.

A relevância deste estudo reside no fato de que o folclore urbano se configura como um espelho das dinâmicas sociais que permeiam as metrópoles e demais centros urbanos. As lendas sobre figuras misteriosas, os relatos de aparições em espaços públicos, os mitos sobre perigos escondidos no cotidiano, entre outras formas de expressão, revelam mais do que simples invencionices populares: elas apontam para padrões de comportamento, sentimento de insegurança, rupturas culturais e processos de transformação social.

Destarte, ao analisar o folclore urbano, não se trata apenas de catalogar narrativas curiosas ou exóticas, mas de compreender como os sujeitos urbanos constroem sentido para suas experiências e como essas construções se reproduzem e se transformam nas múltiplas plataformas da vida social contemporânea.

Por conseguinte, este artigo está organizado em sete seções. Após esta introdução, o segundo tópico apresentará a fundamentação teórica, discutindo o conceito de folclore e sua evolução histórica. Em seguida, será abordada a definição e as principais características do folclore urbano, bem como sua dimensão histórica e os casos emblemáticos. A quarta seção tratará das funções sociais e culturais dessas manifestações, e a quinta destacará os principais desafios e tensões conceituais do campo.

Por final, serão apresentadas as considerações finais, com apontamentos para futuras pesquisas.

2 CONCEITO DE FOLCLORE: DO TRADICIONAL AO URBANO

O termo *folklore* foi cunhado por William John Thoms em 1846 para nomear o “saber do povo” que se perpetuava fora dos círculos letrados (Thoms, 1846). À época, a noção carregava forte conotação rural: era nos vilarejos, feiras e festas agrícolas que rituais, cantigas e narrativas ganhavam sentido. A escola histórica-geográfica fincou essa perspectiva ao estudar motivos recorrentes nos contos europeus (Thompson, 1946) e ao contrapor, de modo binário, cultura “popular” e “erudita”.

Nas palavras de Alan Dundes, folclore designa qualquer forma de tradição “compartilhada por pelo menos dois indivíduos” (Dundes, 1965), mas o *locus* empírico ainda era, até meados do século XX, predominantemente campestre.

No Brasil, Luís da Câmara Cascudo consolidou esse enfoque ao catalogar mitos como o Curupira e o Boto na floresta amazônica, defendendo que o folclore revelava a “alma coletiva” do interior (Cascudo, 2012). Essa etapa “tradicionalista” privilegiava a oralidade, o anonimato e a ideia de continuidade temporal; o folclore era visto como relíquia viva, porém estável, testemunha de um passado pré-industrial. Até então, “cidade” e “modernidade” apareciam como forças corrosivas, destinadas a diluir costumes e impor racionalidade.

A virada conceitual ocorre quando os estudos de lenda incorporam a experiência urbana. Jan Harold Brunvand, ao popularizar o termo *urban legend*, demonstrou que metrópoles também geram narrativas de medo, moralidade e humor (Brunvand, 1981). Dégh (2001) aprofundou a dialética “lenda/ crença”, indicando que boatos sobre saúde pública ou violência funcionam como termômetro de tensões sociais.

Esse deslocamento epistemológico refuta a oposição campo × cidade: o critério decisivo passa a ser a circulação comunitária de significados, não o cenário físico onde eles emergem.

Nos derradeiros anos, a literatura tem realçado duas dimensões. A primeira é a espacial, que relaciona memória e configuração urbana. Moura, Lapa e Araujo (2023) discutem como as lendas de fantasmas do Recife reterritorializam lugares de memória, articulando patrimônio imaterial e imaginário coletivo (Moura; Lapa; Araujo, 2023). A segunda é a midiática: Ranjhen (2024) mostra que plataformas digitais aceleram a produção, remixagem e globalização dos mitos, borrando fronteiras entre fato e ficção (Ranjhen, 2024). Esse ambiente “hipertextual” recoloca problemas clássicos—autoridade, autenticidade, função social—sob a lógica algorítmica da viralidade.

Também fora do eixo ocidental ocorrem reconfigurações. Chen (2024) relata a “virada urbana” nos estudos folclóricos chineses, destacando desafios metodológicos como a heterogeneidade social e a fragmentação do tempo citadino (Chen, 2024). Tais análises convergem ao enfatizar que o folclore urbano é simultaneamente produto e crítica da modernidade: ele responde às incertezas da vida acelerada, dramatizando riscos (ex.: crimes no transporte público), tensões identitárias (ex.: xenofobia) e dilemas tecnológicos (ex.: *deepfakes*).

Por conseguinte, a passagem “do tradicional ao urbano” não implica ruptura, mas expansão do conceito. Mantêm-se os traços essenciais—transmissão intergeracional, função simbólica, plasticidade narrativa—porém desloca-se o foco do

habitus agrário para ecologias comunicacionais onde oralidade, escrita e mídia digital coexistem. Reconhecer essa continuidade ampliada é crucial para evitar tanto o saudosismo romântico quanto o fetiche do “novo”.

Ao incorporar perspectivas interdisciplinares (Antropologia Urbana, Sociologia da Comunicação, Estudos Culturais), o folclore contemporâneo reafirma sua relevância como lente analítica das ansiedades e esperanças que permeiam as sociedades complexas.

3 A CIDADE COMO ESPAÇO SIMBÓLICO E NARRATIVO

A cidade, mais do que um aglomerado físico de construções, ruas e infraestruturas, é um espaço carregado de significações, construído continuamente pelas práticas sociais, pelas memórias coletivas e pelas narrativas que circulam entre seus habitantes (Certeau, 1994).

Nesse sentido, ela se constitui como um espaço simbólico e narrativo por excelência, no qual o folclore urbano encontra terreno fértil para emergir, se desenvolver e se ressignificar. Ao se afastar da ideia de cidade como mero cenário do progresso técnico e da modernidade racional, a análise do espaço urbano revela um território onde o imaginário coletivo se manifesta com intensidade, traduzido em mitos contemporâneos, lendas urbanas, boatos e criações simbólicas que atravessam o cotidiano.

Certeau (1994) destaca que os sujeitos, ao caminharem pela cidade, reescrevem suas trajetórias pessoais e coletivas, transformando o espaço físico em território cultural. Para o autor, os “praticantes da cidade” fazem uso tático dos espaços, dando-lhes significados que escapam à lógica puramente funcional ou institucional. Essa produção simbólica se dá em múltiplas camadas: visual, sonora, afetiva, mas também narrativa. Nesse processo, o folclore urbano desempenha um papel essencial ao constituir um repertório de histórias compartilhadas que ajudam a compreender, organizar e simbolizar a experiência urbana.

A cidade moderna, especialmente a partir do século XIX, se tornou um ambiente propício à circulação de narrativas de caráter simbólico. A expansão dos centros urbanos, a crescente anonimização das relações sociais e o surgimento de novas formas de sociabilidade criaram as condições para o surgimento de novos mitos e medos coletivos. Como observa Sennett (1999), a cidade industrial introduziu uma experiência social marcada pela fragmentação, pelo deslocamento e pela insegurança.

É nesse contexto que surgem histórias como a da “Loira do Banheiro”, “Homem do Saco”, ou os mitos ligados ao desaparecimento de crianças e práticas

ocultas nos subsolos urbanos — todos exemplos de narrativas que expressam inquietações sociais, limites normativos e a moralidade vigente.

A produção simbólica da cidade, contudo, não se limita ao plano do medo ou da transgressão. Conforme Rolnik (1997), o espaço urbano é também território de desejo, de criação e de resistência.

Nesse cenário, o folclore urbano pode ser entendido como forma de “inscrição simbólica”, ou seja, como expressão de tensões sociais que se manifestam por meio da fabulação, da imaginação popular e da circulação oral e digital das narrativas. Ao mesmo tempo em que denuncia desigualdades, violências e opressões, o folclore urbano também serve para reorganizar simbolicamente a desordem urbana, propondo sentidos onde há caos ou incerteza.

As mídias contemporâneas desempenham um papel cada vez mais relevante na amplificação e reinvenção dessas narrativas. Segundo Dégh e Vázsonyi (1976), a lenda urbana se caracteriza por sua capacidade de adaptação aos meios de comunicação, transitando entre oralidade, imprensa, rádio, televisão e, atualmente, redes sociais. Nesse contexto, a cidade se torna simultaneamente palco e conteúdo da narrativa: os espaços públicos são ressignificados à medida que circulam histórias que os associam a crimes, fantasmas, milagres ou conspirações.

É importante notar que a experiência urbana é plural e atravessada por desigualdades. Os espaços simbólicos de grupos periféricos, por exemplo, produzem um folclore urbano distinto daquele das elites, com mitos próprios e linguagens específicas.

Estudos como o de Holston (2013) sobre a “cidadania insurgente” mostram como a periferia urbana pode ser também um território de produção intensa de narrativas, que denunciam o abandono do poder público, mas que também celebram a criatividade, a resistência e a memória.

Por conseguinte, compreender a cidade como espaço simbólico e narrativo é essencial para o estudo do folclore urbano. Esse enfoque permite perceber que as narrativas não apenas nascem nas cidades, mas também as constroem, performam e reconfiguram. A lenda urbana, o boato coletivo ou o mito contemporâneo não são apenas produtos culturais, mas também práticas discursivas que inscrevem novos significados nos lugares, revelando camadas ocultas do tecido urbano e da experiência social.

4 FOLCLORE URBANO: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

O conceito de *folclore urbano* surgiu como uma tentativa de nomear e sistematizar um conjunto de práticas simbólicas, narrativas e manifestações culturais que,

embora não mais restritas ao meio rural, mantêm os traços essenciais da tradição oral, da coletividade e da transmissão informal (Cascudo, 2012).

Essa formulação rompe com a ideia tradicional de que o folclore estaria enraizado apenas em comunidades rurais, isoladas e imunes aos efeitos da modernidade. Pelo contrário, o folclore urbano nasce, circula e se transforma dentro das dinâmicas complexas das cidades, respondendo aos desafios da vida urbana e ressignificando o imaginário coletivo contemporâneo.

Para Brunvand (1981), que popularizou o termo *urban legend*, as lendas urbanas são narrativas plausíveis, de fundo fictício, mas apresentadas como verdadeiras e frequentemente atribuídas a uma “testemunha de segunda mão”. Tais histórias abordam temas como violência, morte, perigo, desastres, sexualidade e questões morais, funcionando como instrumentos de coesão social, controle simbólico e expressão das ansiedades urbanas.

Uma de suas características marcantes é a mutabilidade: a cada nova contação, a história pode ganhar elementos adicionais, adaptar-se a um novo bairro, a uma cidade diferente ou até a uma nova conjuntura social, preservando, porém, seu núcleo temático.

O folclore urbano, embora compartilhe com o folclore tradicional traços como anonimato, oralidade e repetição, distingue-se por seu contexto urbano e por sua rápida disseminação, sobretudo com o advento das mídias de massa e, mais recentemente, das redes digitais. Como observam Dégh e Vázsonyi (1983), o folclore contemporâneo, e especialmente o urbano, não pode ser entendido sem considerar sua relação com os meios de comunicação.

As lendas urbanas, boatos e narrativas de pânico moral se espalham por jornais, rádio, televisão e, hoje, viralizam em redes sociais como WhatsApp, Twitter e TikTok, acelerando os ciclos de recepção, ressignificação e esquecimento.

Entre os elementos característicos do folclore urbano, destaca-se, primeiramente, a verossimilhança. Ao contrário dos mitos tradicionais que remetem a tempos míticos ou distantes, as lendas urbanas ocorrem em espaços reconhecíveis (um banheiro público, um hospital, um beco), envolvendo personagens anônimos, porém plausíveis: “uma amiga de uma prima”, “um colega do trabalho”, “um vizinho do meu tio”.

Essa estrutura confere à narrativa um caráter de autenticidade, o que favorece sua aceitação e reprodução, mesmo sem qualquer comprovação empírica (Fine; Ellis, 2010).

Outro traço distintivo é a função moralizante. Muitas lendas urbanas operam como advertências, propondo lições sobre comportamento seguro, valores sociais e punição por transgressões. Histórias como a da “Loira do Banheiro” ou

da “Agulha com HIV na cadeira do cinema” comunicam temores ligados à sexualidade, higiene, violência ou à desordem social, ao mesmo tempo em que reforçam códigos morais tácitos.

Destarte, como observa Victor Turner (1982), essas narrativas funcionam como “dramas sociais”, dramatizando conflitos e dilemas de forma simbólica, permitindo que a sociedade os represente e elabore coletivamente.

A maleabilidade narrativa é outro aspecto essencial. O folclore urbano é altamente adaptável e se molda às condições locais. Uma mesma história pode circular em bairros diferentes, com pequenas variações de personagens, cenários e desfechos.

Essa plasticidade permite que as narrativas sobrevivam ao tempo, ultrapassem fronteiras culturais e reflitam, simultaneamente, as especificidades locais e os medos globais. Na análise de Fine e Ellis (2010), essa característica garante não apenas a longevidade das histórias, mas também sua função como “laboratório moral” da vida urbana.

No campo brasileiro, o folclore urbano assume feições singulares. Histórias como a do “Bebê Diabo de São Bernardo” (divulgada pelo jornal *Notícias Populares* nos anos 1970), do “Palhaço do Crime”, do “Chupa-Cabra” ou da “Loira do Banheiro” marcaram o imaginário coletivo de diferentes gerações. Essas narrativas, embora aparentemente ingênuas ou sensacionalistas, cumprem importante papel de mediação simbólica da realidade urbana. Como salienta Cascudo (2012), mesmo em suas formas mais inusitadas ou exageradas, o folclore permanece como forma de expressão da sensibilidade popular, de seus medos, angústias e esperanças.

Com o avanço das tecnologias digitais, o folclore urbano experimenta uma nova fase: a hiperaceleração e hibridização narrativa. O conceito de “fakelore” — ou “folclore fabricado” — tem ganhado força nos debates acadêmicos para tratar de narrativas construídas intencionalmente como verdadeiras e disseminadas com fins ideológicos, comerciais ou políticos (Bennett; Smith, 2007). A propagação de teorias da conspiração, por exemplo, muitas vezes assume estrutura narrativa semelhante às lendas urbanas, apelando à verossimilhança, à emoção e à desconfiança institucional. Nessas condições, o folclore urbano deixa de ser apenas fenômeno espontâneo e passa a integrar disputas simbólicas complexas.

Na visão de Bennett e Smith (2007), o folclore urbano, embora frequentemente desprezado ou deslegitimado como “mero boato”, deve ser analisado como instrumento relevante de construção social da realidade. Ele expressa medos coletivos, elabora tensões morais, promove coesão simbólica e atua como lente para os processos sociais que afetam a experiência urbana.

Estudar suas definições e características, portanto, é fundamental não apenas para a compreensão das culturas populares urbanas, mas também para interpretar os mecanismos simbólicos que sustentam a vida social contemporânea.

5 DIMENSÃO HISTÓRICA DO FOLCLORE URBANO

A emergência do folclore urbano está intimamente ligada ao processo de urbanização acelerada que caracteriza o mundo ocidental a partir do século XIX. Ainda que a tradição folclórica, em seu sentido mais clássico, estivesse historicamente associada às comunidades rurais e suas formas de expressão cultural — como apontam Thompson (1946) e Cascudo (2012) —, a consolidação das cidades como centros demográficos, culturais e simbólicos promoveu novas configurações do imaginário coletivo.

Nesse contexto, o folclore urbano não é um fenômeno isolado ou contemporâneo apenas da era digital; ele se forma historicamente como um desdobramento das transformações socioculturais provocadas pela vida urbana.

O século XIX, em especial no contexto europeu e norte-americano, testemunhou o surgimento das primeiras lendas urbanas modernas, impulsionadas pela expansão dos jornais populares e pelos temores sociais decorrentes da industrialização e da imigração. A história do “assassino do armário” em Londres ou os boatos de “roubo de órgãos” em Paris revelam como o medo do desconhecido, do outro e da cidade caótica alimentava a circulação de narrativas de fundo moralizante.

Como destaca Dégh (2001), esses relatos não eram apenas divertimento ou superstição: funcionavam como instrumentos de interpretação simbólica de um cotidiano social em constante transformação, em que a impessoalidade e o anonimato passaram a caracterizar as relações humanas.

Nos Estados Unidos da América, as primeiras décadas do século XX marcam o início da sistematização acadêmica das *urban legends*. O trabalho de Brunvand (1981) é emblemático nesse sentido. Ao reunir, classificar e analisar centenas de histórias que circulavam nas cidades norte-americanas, o autor demonstrou que tais narrativas possuíam estruturas semelhantes às do folclore tradicional — repetição, anonimato, função didática —, mas eram profundamente marcadas pela experiência urbana.

Ademais disso, suas temáticas variavam conforme o contexto histórico: nos anos da Guerra Fria, à guisa de exemplo, proliferaram lendas sobre espionagem, armas nucleares e sabotagem comunista; nas décadas de 1980 e 1990, destacam-se os mitos sobre AIDS, drogas em balas de Halloween e sequestros em shopping

centers — temas que ecoavam medos específicos da sociedade daquele tempo.

No Brasil, embora o conceito de folclore urbano tenha sido pouco explorado até os anos 2000, há registros históricos de narrativas que se encaixam plenamente nessa categoria desde o século XX. Um dos casos mais emblemáticos é o do “Bebê Diabo de São Bernardo”, publicado pelo jornal *Notícias Populares* em 1975. A história, amplamente divulgada, misturava elementos religiosos, sensacionalistas e morais, tornando-se um fenômeno cultural que ultrapassou os limites da imprensa e ingressou no imaginário popular.

Como observam Sodré (1994) e Ortiz (1985), esse tipo de narrativa cumpre papel social ao articular o cotidiano urbano a estruturas simbólicas profundamente enraizadas na cultura brasileira, como o catolicismo popular, o medo da desordem e o fascínio pelo inusitado.

Outro exemplo significativo é o da “Loira do Banheiro”, uma narrativa difundida sobretudo entre escolares a partir dos anos 1980. Segundo Araújo (2018), essa lenda, embora inspirada em arquétipos europeus e em contos de assombração tradicionais, assume uma configuração própria no Brasil urbano, sendo contada em escolas públicas, em bairros periféricos e nas grandes capitais.

A história, ao tematizar a punição, o espaço público e o corpo feminino, revela aspectos fundamentais das relações de poder e de controle simbólico sobre o comportamento infantil.

Com a entrada no século XXI, o folclore urbano passa por um processo de digitalização e hiperdisseminação. As redes sociais e os aplicativos de mensagens instantâneas ampliam de forma exponencial o alcance e a velocidade das narrativas urbanas.

Como mostram Fine e Ellis (2010), a internet não apenas propaga essas histórias, mas também as transforma, criando variantes múltiplas e permitindo a participação ativa dos usuários na construção e reinvenção das lendas. Histórias como as da “Baleia Azul” (2017), dos “bonecos Momo” (2018) ou dos “sequestros por aplicativo” (2020) são exemplos recentes de como o folclore urbano continua a operar como veículo de angústias sociais, agora mediado por algoritmos, imagens e plataformas globais.

Importa destacar, no entanto, que essas transformações não apagam a continuidade histórica do fenômeno. O que se observa é uma transição nas formas de circulação e atualização dos conteúdos, não em seus princípios estruturantes. A busca por sentido diante do medo, do imprevisto ou do desconhecido continua a alimentar essas narrativas, como observa Turner (1982), para quem o drama simbólico — seja ele ritual, mito ou lenda — é uma forma de reequilíbrio coletivo diante de crises sociais.

Outrossim, Araújo (2018) pontua que a dimensão histórica do folclore urbano nos permite compreender que, longe de ser uma ruptura com a tradição, ele é a sua atualização diante das novas realidades sociais, espaciais e tecnológicas. O urbano não anula o folclórico; ao contrário, o transforma. A cidade, em sua complexidade, oferece o cenário ideal para o surgimento de novos mitos, sustentados por antigos medos e novas linguagens.

6 FUNÇÃO SOCIAL E CULTURAL DO FOLCLORE URBANO: TENSÕES CONCEITUAIS

O folclore urbano, como manifestação simbólica da cultura popular contemporânea, cumpre funções sociais e culturais essenciais na estruturação das experiências coletivas e individuais no espaço urbano. Longe de ser mero entretenimento ou produção fictícia desconectada da realidade, essas narrativas refletem valores, medos, tensões, desejos e contradições das sociedades urbanizadas (Bendix, 1997).

Ademais disso, envolvem disputas simbólicas, reinterpretam a ordem social e mobilizam sentidos compartilhados entre grupos sociais específicos, constituindo-se como forma de conhecimento socialmente validado, ainda que marginalizado pelo saber científico.

Conforme observa Turner (1982), toda narrativa simbólica carrega uma dimensão ritual e dramática, capaz de expressar conflitos sociais e de oferecer, mesmo que provisoriamente, formas de resolução simbólica. As lendas urbanas e demais manifestações do folclore urbano encenam tais conflitos ao tematizarem temas como violência, sexualidade, autoridade, exclusão e instabilidade moral.

Elas funcionam como “dramas sociais” por meio dos quais a comunidade elabora suas próprias tensões, seja reafirmando valores normativos ou permitindo a expressão do dissenso de forma velada.

Para Fine e Ellis (2010), o folclore urbano é um mecanismo de vigilância moral e de regulação social. Narrativas sobre comportamentos considerados desviantes ou perigosos — como lendas sobre punições a jovens transgressores, ou sobre castigos sobrenaturais a atitudes imorais — revelam as fronteiras morais de uma coletividade e reforçam, de maneira implícita, códigos de conduta. Ao mesmo tempo, essas histórias servem como válvula de escape para angústias coletivas. O medo do desconhecido, da tecnologia, da violência urbana ou da degradação ambiental ganha forma simbólica e narrativa no imaginário popular, transformando inquietações difusas em objetos compreensíveis e compartilháveis.

Outra função relevante do folclore urbano é a de construção identitária e de pertencimento. Segundo Dégh (2001), as narrativas orais, mesmo na era digi-

tal, continuam a desempenhar papel central na formação de laços comunitários. Quando um grupo compartilha uma história — seja ela sobre um fantasma em um edifício abandonado, um boato escolar ou uma teoria conspiratória —, ele está simultaneamente consolidando vínculos e delimitando fronteiras simbólicas.

Aquele que “conhece a história” se sente parte de uma coletividade; aquele que desconhece ou desacredita pode ser percebido como outsider. Nesse sentido, o folclore urbano é também uma linguagem cultural, através da qual se processam inclusão, exclusão e hierarquização de saberes.

A função política do folclore urbano também merece destaque. Em contextos de opressão ou censura, as lendas e rumores podem constituir formas de resistência simbólica. Como aponta Scott (2002), os “discursos ocultos” das classes subalternas frequentemente se expressam por meio de formas indiretas, como piadas, boatos, provérbios e narrativas folclóricas.

Na periferia urbana brasileira, por exemplo, muitas lendas relatam aparições ou castigos relacionados à negligência estatal, à violência policial ou à injustiça social, operando como denúncia cifrada da violência estrutural.

Contudo, a análise do folclore urbano exige atenção às suas tensões conceituais e aos desafios teóricos e metodológicos que ele impõe à pesquisa acadêmica. Um dos principais problemas conceituais é a ambiguidade do termo “folclore urbano”, que, para alguns estudiosos, seria uma contradição em si. Afinal, o folclore, tradicionalmente, esteve vinculado à ideia de “tradição”, “passado” e “comunidade coesa”, enquanto o urbano estaria associado à “modernidade”, “ruptura” e “fragmentação” (Ortiz, 1985). Essa tensão é superada, em parte, pela compreensão do folclore como processo e não como conteúdo estático.

Como propõe Dundes (1965), o folclore é qualquer expressão cultural compartilhada informalmente entre membros de um grupo, independentemente do espaço em que ocorre.

Outro desafio reside na deslegitimação do objeto. Muitas vezes, o folclore urbano é reduzido a “boatos” ou “mentiras populares”, o que dificulta sua valorização como objeto legítimo de estudo científico. Essa postura deriva de uma hierarquização epistêmica que privilegia o conhecimento formal e racionalizado em detrimento do saber simbólico e experiencial.

Nesse sentido, investigar o folclore urbano demanda uma postura epistemológica que reconheça a pluralidade dos modos de conhecer e valorize os saberes produzidos nas margens das instituições tradicionais de conhecimento (Santos, 2010).

Há ainda dificuldades metodológicas. A natureza fluida, oral e mutável do folclore urbano torna complexa sua sistematização empírica (Fine; Ellis, 2010). As

narrativas se adaptam rapidamente ao contexto, assumem múltiplas versões e circulam por canais informais, como conversas de rua ou grupos de WhatsApp.

Captar essa diversidade exige metodologias flexíveis, como etnografia digital, análise de discurso e estudos de recepção cultural. Além disso, é fundamental o cruzamento entre fontes empíricas e referenciais teóricos interdisciplinares, englobando campos como antropologia, sociologia, comunicação e psicologia social.

Outro ponto de tensão é a instrumentalização política e comercial do folclore urbano na era digital. Narrativas com estrutura folclórica — como fake news ou teorias conspiratórias — têm sido utilizadas deliberadamente para manipular a opinião pública, disseminar ódio e reforçar preconceitos. Como apontam Bennett e Smith (2007), o *fakelore* não surge espontaneamente, mas é construído artificialmente com finalidade ideológica. A distinção entre folclore espontâneo e fabulação deliberada passa, então, a ser um desafio crítico para os pesquisadores.

Logo, as disputas terminológicas também representam um desafio. Alguns autores preferem termos como “mitos urbanos”, “rumores modernos” ou “narrativas vernaculares contemporâneas”, ressaltando diferentes ênfases teóricas. Outros argumentam que o termo “folclore urbano” pode obscurecer a continuidade entre as formas tradicionais e contemporâneas do folclore, sugerindo uma ruptura que não corresponde à realidade.

Nesse debate, destaca-se a proposta de compreender o folclore não como conjunto de conteúdos fixos, mas como prática cultural situada, dinâmica e politicamente situada (Bendix, 1997).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este labou demonstrou que o folclore urbano constitui uma forma legítima e dinâmica de expressão cultural, enraizada nas vivências cotidianas das populações urbanas. Ao longo da análise, evidenciou-se que essas manifestações não apenas atualizam práticas folclóricas tradicionais, como também respondem criativamente aos desafios, medos e tensões da vida nas cidades. Diferente de sua concepção clássica, o folclore urbano não é um desvio do “folclore autêntico”, mas uma de suas expressões mais adaptáveis e socialmente relevantes na contemporaneidade.

A abordagem histórica evidenciou que o surgimento e a expansão das lendas urbanas acompanharam os processos de industrialização, modernização e crescimento das metrópoles, articulando-se diretamente com as transformações culturais e sociais ocorridas desde o século XIX. Ao longo do tempo, essas narrativas incorporaram novos temas, espaços e meios de circulação, mantendo, contudo, seus fundamentos simbólicos e suas funções sociais primordiais.

Identificou-se que o folclore urbano cumpre papel central na mediação simbólica da realidade, ao representar conflitos, reforçar normas, criar pertencimento e dar voz a grupos marginalizados. Sua atuação enquanto mecanismo de elaboração coletiva de angústias e como instrumento de resistência simbólica é particularmente evidente nas periferias urbanas e nos contextos de instabilidade social.

No entanto, o campo enfrenta desafios conceituais e metodológicos. A desvalorização acadêmica, a dificuldade de definição precisa e a natureza fluida das narrativas exigem abordagens interdisciplinares, sensíveis à complexidade cultural e comunicacional do fenômeno. A emergência do *fakelore*, impulsionada por tecnologias digitais, impõe ainda novos dilemas éticos e epistemológicos aos estudiosos da cultura popular urbana.

Por conseguinte, compreender o folclore urbano implica reconhecer seu valor enquanto prática social, linguagem simbólica e arte de narrar a cidade. Ele não apenas revela aspectos profundos do imaginário urbano, como também amplia as possibilidades de leitura da cultura popular e dos processos de construção social da realidade.

Em epítome, ao transitar entre tradição e inovação, oralidade e tecnologia, o folclore urbano reafirma sua vitalidade como objeto de estudo e como patrimônio imaterial das sociedades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, João Batista. Lendas urbanas e educação: o caso da “Loira do Banheiro”. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1257-1273, 2018.
- BENDIX, Regina. *In search of authenticity: the formation of folklore studies*. Madison: University of Wisconsin Press, 1997.
- BENNETT, Gillian; SMITH, Paul (org.). *Contemporary legend: a reader*. New York: Garland Publishing, 2007.
- BRUNVAND, Jan Harold. *The vanishing hitchhiker: American urban legends and their meanings*. New York: W. W. Norton, 1981.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 2012.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHEN, Keji. From the village to the city: the rise of urban folklore studies in China. *Communications in Humanities Research*, v. 43, p. 180-186, 2024. Disponível em: <https://www.ewadirect.com/proceedings/chr/article/view/16463>_Acesso em: 25 jun. 2025.
- DÉGH, Linda. *Legend and belief: dialectics of a folklore genre*. Bloomington: Indiana Univer-

sity Press, 2001.

DÉGH, Linda; VÁZSONYI, Andrew. Legend and belief. *Folklore Today*, v. 1, n. 2, p. 5-15, 1976.

DUNDES, Alan. On the definition of folklore. In: DUNDES, Alan (org.). *The study of folklore*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1965. p. 1-3.

FINE, Gary A.; ELLIS, Bill. *The global grapevine: why rumors of terrorism, immigration, and trade matter*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MOURA, Célio Henrique R.; LAPA, Tomás de A.; ARAUJO, Felipe M. H. Nos matizes da memória e da história: uma discussão sobre o folclore fantástico do Recife e seus lugares. *Risco – Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, v. 21, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1984-4506.risco.2023.196052>. Acesso em: 25 jun. 2025.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RANJHEN, Mannat. Evolution of urban myths and legends in the digital age. *International Journal of Novel Research and Development*, v. 9, n. 1, p. 19-27, 2024.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SCOTT, James C. *Dominação e as artes da resistência: discursos ocultos*. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SODRÉ, Muniz. *Claridade do folclore*. Petrópolis: Vozes, 1994.

THOMPSON, Stith. *The folktale*. Berkeley: University of California Press, 1946.

THOMS, William John. Folk-lore. *The Athenæum*, Londres, n. 982, p. 862, 22 ago. 1846.

TURNER, Victor. *From ritual to theatre: the human seriousness of play*. New York: Performing Arts Journal Publications, 1982.



A NECESSIDADE DE RESTAURAR A PESQUISA NO FOLCLORE: BREVE REFLEXÃO PARA O BRASIL

THE NEED TO RESTORE
FOLKLORE RESEARCH: brief
reflection for Brazil

Resumo

O presente artigo discute a necessidade de restaurar a pesquisa folclórica no Brasil, refletindo sobre sua relevância histórica, social e cultural. Parte-se de uma análise sobre a trajetória das pesquisas no campo do folclore, desde o auge nas décadas iniciais do século XX até o seu progressivo declínio diante da marginalização acadêmica e da ascensão de novos paradigmas de investigação. Argumenta-se que a desvalorização do folclore no meio científico contribuiu para a perda de registros, memórias e expressões culturais fundamentais à construção da identidade nacional. Além disso, evidencia-se o papel social e educativo do folclore como instrumento de preservação da diversidade cultural e de fortalecimento da cidadania. Por meio de uma reflexão crítica, destaca-se a urgência de resgatar o interesse pela pesquisa folclórica, articulando-a às demandas contemporâneas da sociedade e às novas metodologias de investigação. O estudo conclui que o restabelecimento do folclore como campo de investigação é indispensável para a valorização das culturas populares e para a promoção de políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio imaterial do país.

Palavras-chave: folclore; cultura popular; identidade nacional; pesquisa.

Abstract

This article discusses the need to restore folklore research in Brazil, reflecting on its historical, social, and cultural relevance. It begins with an analysis of the trajectory of folklore studies, from their peak in the early decades of the 20th century to their gradual decline due to academic marginalization and the rise of new research paradigms. It is argued that the devaluation of folklore within the academic field contributed to the loss of records, memories, and cultural expressions essential to the construction of national identity. Furthermore, the social and educational role of folklore is highlighted as a tool for preserving cultural diversity and strengthening citizenship. Through a critical reflection, the article emphasizes the urgency of reviving interest in folklore research, aligning it with contemporary societal demands and new methodological approaches. The study concludes that reestablishing folklore as a field of research is essential for valuing popular cultures and promoting public policies aimed at preserving the country's intangible heritage.

Keywords: folklore; popular culture; national identity; research.

1 INTRODUÇÃO

O folclore constitui uma das expressões mais ricas da identidade cultural de um povo, representando a síntese de suas tradições, crenças, mitos, lendas, danças, cantos, narrativas orais, festejos populares e práticas cotidianas transmitidas ao longo de gerações. No Brasil, país marcado por uma diversidade étnica e cultural singular, o folclore adquire uma dimensão ainda mais significativa, pois revela não apenas a pluralidade das raízes indígenas, africanas e europeias, mas também a capacidade de ressignificação e resistência cultural que se manifesta em cada região. Assim, a pesquisa em folclore não se limita ao resgate do passado, mas constitui um instrumento de compreensão crítica da realidade social e de valorização da memória coletiva.

Historicamente, o estudo do folclore brasileiro ganhou relevo a partir do século XX, sobretudo por meio das contribuições de intelectuais como Mário de Andrade e Câmara Cascudo, que conferiram ao tema um estatuto de legitimidade acadêmica e cultural. Nesse período, a pesquisa folclórica assumiu papel estratégico na construção da ideia de identidade nacional, buscando evidenciar a riqueza das manifestações populares e o caráter singular da cultura brasileira. A institucionalização de eventos, congressos e associações voltadas ao folclore, especialmente a partir das décadas de 1940 e 1950, marcou um momento de grande vitalidade do campo.

Entretanto, nas últimas décadas, observa-se um processo de declínio da pesquisa em folclore no Brasil. Esse esvaziamento pode ser atribuído a diferentes fatores, como a fragmentação das ciências humanas, a emergência de novos campos de investigação (como os estudos culturais e antropológicos), a redução do investimento público em cultura e a ausência de políticas específicas para a valorização do patrimônio imaterial. Em consequência, o folclore passou a ser frequentemente tratado de forma superficial, restrito a comemorações escolares ou festividades locais, perdendo espaço como objeto de análise científica sistemática.

Essa marginalização da pesquisa folclórica tem implicações profundas para a sociedade brasileira. O enfraquecimento da produção acadêmica sobre o tema contribui para o esquecimento de tradições e práticas que formam a base da memória coletiva, além de limitar a compreensão crítica das dinâmicas culturais e sociais que moldam a identidade nacional. Além disso, em um contexto de globalização e homogeneização cultural, a ausência de estudos consistentes sobre o folclore aumenta o risco de perda de manifestações que constituem patrimônio imaterial insubstituível.

Nesse cenário, torna-se fundamental refletir sobre a necessidade de restaurar a pesquisa em folclore no Brasil. Trata-se não apenas de resgatar uma área do conhecimento que foi, em grande medida, relegada ao segundo plano, mas também

de reconhecer o potencial do folclore como ferramenta de educação, preservação da diversidade e fortalecimento da cidadania. A retomada de investigações sistemáticas pode contribuir para o diálogo entre tradição e contemporaneidade, abrindo espaço para que o folclore seja compreendido não como algo estático ou meramente “folclórico” no senso comum, mas como fenômeno vivo, dinâmico e em constante transformação.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo desenvolver uma reflexão crítica sobre a necessidade de restaurar a pesquisa em folclore no Brasil, a partir de uma revisão bibliográfica que resgata os principais aportes teóricos e históricos da área, analisa as razões de seu enfraquecimento e propõe caminhos para sua revitalização. A discussão busca evidenciar que a valorização do folclore não é apenas um exercício acadêmico, mas um compromisso cultural e social com a preservação da memória e da identidade brasileiras.

2 O CONCEITO DE FOLCLORE E SUAS DIMENSÕES

O conceito de folclore, desde a sua formulação no século XIX, tem sido objeto de intensos debates acadêmicos e culturais. O termo foi cunhado pelo inglês William John Thoms, em 1846, para designar o “saber do povo”, abrangendo tradições, costumes, narrativas orais, práticas e crenças transmitidas de geração em geração (Thoms, 1846). No contexto brasileiro, o folclore adquiriu um papel ainda mais relevante devido à diversidade cultural marcada pela confluência de matrizes indígenas, africanas e europeias, constituindo-se como um dos mais expressivos elementos da identidade nacional.

A definição clássica do folclore, proposta por Câmara Cascudo, ainda é uma das mais difundidas no Brasil. Para o autor, o folclore é “o conjunto das criações culturais de uma comunidade, fundadas na tradição, expressas individual ou coletivamente, representativas de sua identidade social” (Cascudo, 2001, p. 32). Esse entendimento destaca o caráter coletivo e anônimo das manifestações, ressaltando a importância da oralidade e da transmissão intergeracional como elementos centrais para a preservação da cultura popular. Cascudo, ao longo de sua vasta obra, buscou sistematizar o estudo do folclore brasileiro, catalogando mitos, lendas, danças, cantos e festas populares, o que o tornou referência incontornável para os estudos do tema.

A concepção de folclore, contudo, não se limita à tradição oral ou à repetição de práticas culturais. Como observa Mário de Andrade, o folclore é dinâmico, mutável e sujeito a ressignificações ao longo do tempo, acompanhando os processos históricos e sociais (Andrade, 1972). Essa perspectiva amplia a compreensão do folclore para além de um registro estático do passado, destacando-o como fenô-

meno vivo, capaz de se adaptar às transformações da sociedade e dialogar com a contemporaneidade.

Nas últimas décadas, a UNESCO contribuiu para redefinir e ampliar o conceito de folclore ao integrá-lo à noção de patrimônio cultural imaterial. Em 1989, a organização aprovou a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, que incluiu práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas transmitidos de geração em geração como parte essencial da identidade cultural de um povo (UNESCO, 1989). Posteriormente, com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, o folclore foi definitivamente reconhecido como elemento do patrimônio cultural da humanidade, o que reforçou sua dimensão universal e sua relevância para além das fronteiras nacionais (UNESCO, 2003).

No campo acadêmico contemporâneo, a noção de folclore também vem sendo discutida à luz dos estudos culturais e da antropologia. Segundo Bauman (2001), as narrativas populares devem ser compreendidas não apenas como resquícios de uma cultura tradicional, mas como espaços de produção simbólica e de negociação identitária. Nesse sentido, o folclore revela-se como locus de resistência, especialmente em contextos marcados pela globalização e pela homogeneização cultural. A música popular, as festas religiosas e os rituais comunitários, por exemplo, atuam como formas de resistência cultural e reafirmação de identidades locais frente à padronização global.

Além disso, o conceito de folclore pode ser analisado em diferentes dimensões: a social, a educativa, a estética e a política. Na dimensão social, o folclore expressa a vida cotidiana de uma comunidade, reunindo práticas que reforçam a coesão social e o sentimento de pertencimento. Como destaca Burke (2004), o estudo da cultura popular permite compreender não apenas o passado, mas também os modos como os grupos sociais constroem, contestam e atualizam suas tradições.

Na dimensão educativa, o folclore possui um potencial formativo inestimável. Por meio das narrativas, danças, cantigas e jogos tradicionais, transmite-se não apenas conhecimento cultural, mas também valores éticos, sociais e espirituais. Segundo Cavalcanti (2013), o folclore constitui recurso pedagógico capaz de promover a valorização da diversidade cultural e o fortalecimento da cidadania, especialmente quando integrado ao ambiente escolar. Já a dimensão estética do folclore relaciona-se com a beleza intrínseca das manifestações artísticas e criativas da cultura popular. A musicalidade do samba de roda, a expressividade das festas juninas, a riqueza visual dos bois-bumbás e a dramaticidade dos autos populares constituem exemplos de como o folclore brasileiro é capaz de emocionar e transmitir significados por meio da arte. Essa dimensão, conforme aponta Canclini (2015), evidencia a hibridização cultural que caracteriza as sociedades contem-

porâneas, onde o tradicional e o moderno coexistem em diálogo permanente.

Por fim, a dimensão política do folclore se expressa na sua capacidade de afirmar identidades e reivindicar espaços de visibilidade cultural. As festas populares e os rituais comunitários, além de seu caráter lúdico e religioso, muitas vezes funcionam como formas de resistência simbólica diante da exclusão social e cultural (Cavalcanti, 2013). Nesse sentido, o folclore deve ser compreendido também como campo de disputas e negociações, em que se expressam relações de poder e reivindicações por reconhecimento.

A análise do conceito de folclore e de suas múltiplas dimensões revela a complexidade e a riqueza desse campo de estudo. De um lado, o folclore é memória e tradição, sustentado pela transmissão intergeracional; de outro, é criação e inovação, constantemente reinventado pelas comunidades que o praticam. É, portanto, a partir do que afirmam Bauman (2001) e Cascudo (2001) um fenômeno cultural em movimento, cuja investigação não deve restringir-se à preservação de práticas antigas, mas deve abarcar também os processos de transformação e ressignificação que o mantêm vivo. Nesse contexto, restaurar a pesquisa em folclore no Brasil implica reconhecer sua relevância como objeto científico, cultural e político, e compreender que sua preservação e valorização são essenciais para a manutenção da diversidade cultural do país.

3 HISTÓRIA DA PESQUISA FOLCLÓRICA NO BRASIL

A história da pesquisa folclórica no Brasil é marcada por um percurso de afirmação, institucionalização, declínio e, mais recentemente, de busca por renovação. Desde o século XIX, intelectuais, escritores e viajantes já se interessavam pelas tradições populares brasileiras, mas foi apenas no século XX que a pesquisa folclórica ganhou contornos acadêmicos e políticos, desempenhando papel estratégico na construção da identidade nacional (Cascudo, 2001).

No século XIX, o Brasil vivia o desafio de consolidar sua independência e, com ela, de construir uma imagem própria diante das demais nações. Nesse contexto, o registro das tradições populares começou a ganhar relevância como forma de valorização da cultura local. Os primeiros estudos, influenciados pelo romantismo e pelo nacionalismo, buscavam coletar lendas, mitos e canções como testemunho da “alma do povo”. Escritores como Gonçalves Dias e Sílvio Romero tiveram papel pioneiro nesse movimento. Romero, em especial, publicou obras fundamentais como *Cantos populares do Brasil* (1883), em que reuniu composições poéticas, canções e romances transmitidos oralmente, conferindo legitimidade científica ao estudo do folclore (Romero, 1883).

No início do século XX, o folclore passou a ser visto como elemento central para a compreensão da identidade brasileira. Mário de Andrade destacou-se nesse processo ao propor uma visão dinâmica do folclore, vinculando-o às manifestações musicais, literárias e artísticas do povo. Sua atuação como diretor do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, nos anos 1930, resultou em importantes iniciativas de registro e preservação das expressões populares, como a Missão de Pesquisas Folclóricas de 1938, responsável pela coleta de músicas, danças e tradições em várias regiões do país (Andrade, 1976). Para Mário de Andrade, o folclore não era uma simples herança do passado, mas um processo vivo de criação coletiva em constante transformação.

Outro nome central para a consolidação dos estudos folclóricos foi Luís da Câmara Cascudo. Autor de obras clássicas como o *Dicionário do folclore brasileiro* (1954), Cascudo sistematizou e catalogou manifestações culturais de todas as regiões do país, tornando-se referência incontornável no campo. Para ele, o folclore era o “arquivo vivo” da memória popular, devendo ser estudado de forma rigorosa, mas também valorizado como expressão autêntica da identidade nacional (Cascudo, 2001).

Durante as décadas de 1940 e 1950, a pesquisa folclórica passou por um processo de institucionalização. Em 1947, foi criada a Comissão Nacional de Folclore (CNF), vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, que coordenava atividades de pesquisa, promoção de congressos e incentivo à produção científica. Nesse período, também se realizaram os Congressos Brasileiros de Folclore, que reuniam pesquisadores de todo o país e buscavam estabelecer diretrizes comuns para o estudo da cultura popular (Vilhena, 1997). O movimento culminou, em 1951, na Carta do Folclore Brasileiro, documento que definiu oficialmente o folclore como parte integrante da cultura nacional e defendeu sua valorização no campo educacional e cultural.

Apesar desse auge, a partir da década de 1960 o campo da pesquisa folclórica começou a perder espaço dentro da academia. Um dos fatores foi a ascensão da antropologia e das ciências sociais, que passaram a incorporar o estudo das manifestações populares sob perspectivas mais amplas e críticas. Como observa Vilhena (1997), a antropologia questionou o caráter “essencialista” atribuído ao folclore, propondo abordagens que enfatizavam os processos sociais e políticos envolvidos nas práticas culturais. Assim, o termo “folclore” foi gradativamente substituído por expressões como “cultura popular” e “patrimônio imaterial”, consideradas mais adequadas aos novos paradigmas acadêmicos.

Outro aspecto que contribuiu para o enfraquecimento da pesquisa folclórica foi o contexto político da ditadura militar (1964-1985). Embora o regime tenha utilizado festas e manifestações populares como instrumentos de propaganda nacio-

nalista, o ambiente de censura e controle limitou o desenvolvimento de pesquisas independentes. Ademais, o vínculo do folclore com uma visão romantizada da cultura nacional foi, muitas vezes, explorado de forma ideológica, o que comprometeu sua legitimidade científica.

A partir da redemocratização, nos anos 1980, e com a Constituição Federal de 1988, que reconheceu o patrimônio cultural brasileiro em sua dimensão material e imaterial, abriu-se espaço para novas perspectivas de valorização do folclore. Nesse período, surgiram iniciativas ligadas à preservação do patrimônio imaterial, como o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), criado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2000. O registro de bens culturais imateriais, como o samba de roda, o jongo e o frevo, reforçou a importância das manifestações populares na construção da identidade nacional (IPHAN, 2010).

Mais recentemente, os estudos sobre folclore vêm dialogando com áreas como a educação, a comunicação, os estudos culturais e a antropologia contemporânea. Pesquisadores como Brandão (2012) defendem a retomada da pesquisa folclórica em perspectiva crítica, capaz de articular tradição e modernidade e de analisar o papel das práticas culturais populares em contextos de globalização e diversidade cultural. Nesse sentido, o folclore é visto não apenas como herança do passado, mas como recurso para a construção de futuros mais inclusivos e plurais.

Conforme apresenta Brandão (2012), a trajetória da pesquisa folclórica no Brasil, portanto, apresenta uma oscilação entre momentos de valorização e de marginalização. Do pioneirismo de Sílvio Romero e Mário de Andrade, passando pela sistematização de Câmara Cascudo e pela institucionalização da Comissão Nacional de Folclore, até as atuais políticas de patrimônio imaterial, observa-se que o campo nunca deixou de se reinventar, ainda que tenha enfrentado períodos de esvaziamento acadêmico.

4 DECLÍNIO E MARGINALIZAÇÃO DAS PESQUISAS EM FOLCLORE

O campo do folclore, que nas primeiras décadas do século XX ocupou posição central na formação da identidade cultural brasileira, passou, a partir da segunda metade do século, por um processo de declínio e marginalização no meio acadêmico e nas políticas culturais (Ortiz, 1985). Embora o interesse pelas manifestações populares não tenha desaparecido, o termo “folclore” foi progressivamente substituído por outras categorias analíticas, como “cultura popular”, “tradições orais” e, mais recentemente, “patrimônio cultural imaterial”. Esse deslocamento semântico refletiu mudanças teóricas e metodológicas nas ciências humanas, mas

também contribuiu para o esvaziamento da pesquisa folclórica como campo autônomo de investigação.

Um dos fatores centrais para esse declínio foi a crítica da antropologia ao essencialismo que, segundo alguns autores, marcou a abordagem clássica do folclore. Para Ortiz (1985), o movimento folclórico brasileiro, sobretudo no período de sua institucionalização, entre as décadas de 1940 e 1950, construiu uma visão romantizada e homogênea da cultura popular, identificando-a como repositório “puro” da identidade nacional. A crítica antropológica enfatizou que as manifestações populares não poderiam ser entendidas como expressões intocadas ou desvinculadas das transformações sociais, mas como práticas dinâmicas, permeadas por relações de poder, disputas simbólicas e processos de hibridização cultural. Essa mudança de paradigma deslocou o foco dos estudos folclóricos para a análise das culturas populares sob a ótica das ciências sociais, enfraquecendo o estatuto autônomo do folclore como disciplina.

Observa-se também que a marginalização foi a perda de prestígio institucional. A CNF, criada em 1947, desempenhou papel fundamental na coordenação de pesquisas e na organização dos Congressos Brasileiros de Folclore. Entretanto, a partir da década de 1960, o órgão foi perdendo protagonismo, em parte devido à fragmentação das áreas de estudo, mas também em razão da falta de apoio governamental contínuo (Vilhena, 1997). O esvaziamento institucional se agravou durante a ditadura militar, quando a instrumentalização do folclore pelo regime para fins nacionalistas esvaziou seu potencial crítico. Muitas manifestações culturais foram apropriadas como símbolos da “unidade nacional”, ocultando as tensões sociais e as desigualdades presentes em suas práticas (Napolitano, 2017).

No âmbito acadêmico, a consolidação da antropologia e dos estudos culturais a partir das décadas de 1970 e 1980 foi acompanhada por uma desvalorização dos estudos de folclore, frequentemente acusados de falta de rigor teórico e metodológico. Como observa Chartier (1990), a cultura popular passou a ser estudada a partir de noções como práticas sociais, representações e formas de apropriação, categorias consideradas mais sofisticadas em comparação ao enfoque descritivo e catalogador que caracterizava boa parte da produção folclórica. Essa transformação, embora tenha ampliado a compreensão das práticas culturais, contribuiu para relegar o folclore ao campo da nostalgia ou da curiosidade erudita.

Paralelamente, no espaço escolar e educativo, o folclore foi reduzido a práticas comemorativas, muitas vezes desvinculadas de seu sentido cultural mais profundo. Como assinala Cavalcanti (2013), nas escolas brasileiras o folclore foi frequentemente tratado como tema de atividades lúdicas pontuais — como festas e brincadeiras em datas específicas —, sem uma reflexão crítica sobre seu papel na formação da identidade nacional e na valorização da diversidade cultural. Esse

tratamento superficial contribuiu para a ideia de que o folclore seria algo secundário, restrito ao universo infantil ou às tradições “do passado”.

Na esfera das políticas públicas, a criação do PNPI pelo IPHAN, em 2000, representou um avanço na valorização das manifestações culturais populares. No entanto, a terminologia utilizada, baseada no conceito de patrimônio imaterial, substituiu quase por completo a noção de folclore. Embora o registro de bens culturais como o samba de roda da Bahia, o frevo de Pernambuco e a roda de capoeira tenha reforçado a importância dessas práticas, o deslocamento conceitual contribuiu para que o folclore fosse gradativamente marginalizado como campo específico de pesquisa (IPHAN, 2010).

Ademais, os processos de globalização cultural e a difusão das indústrias culturais intensificaram a marginalização do folclore. Canclini (2015) observa que a hibridização cultural, característica das sociedades contemporâneas, tornou cada vez mais difícil estabelecer fronteiras entre o popular e o erudito, o tradicional e o moderno. Nesse contexto, o folclore passou a ser visto, em muitos casos, como resquício de um passado rural e pré-moderno, pouco compatível com as transformações sociais e tecnológicas do presente. Essa percepção reduziu sua legitimidade acadêmica e dificultou sua inserção em agendas de pesquisa voltadas para os problemas contemporâneos.

Apesar dessas dificuldades, alguns estudiosos têm defendido a necessidade de repensar o folclore em novas bases. Para Brandão (2012), é preciso superar tanto o romantismo essencialista quanto o descrédito acadêmico, reconhecendo o folclore como campo de saber interdisciplinar, que articula história, antropologia, educação e políticas culturais. O desafio está em compreender as manifestações folclóricas como fenômenos vivos e mutáveis, inseridos em redes de comunicação global, mas ainda assim enraizados em práticas locais e identitárias.

Dessa forma, compreende-se que o declínio da pesquisa em folclore no Brasil não significou o desaparecimento das manifestações populares, mas a perda de sua centralidade como objeto autônomo de investigação científica e como categoria cultural reconhecida. Conforme pontua Brandão (2012), a marginalização trouxe consequências negativas, como a limitação da compreensão crítica sobre a diversidade cultural brasileira e a redução do folclore a práticas superficiais ou meramente comemorativas, de modo que restaurar a pesquisa folclórica, nesse sentido, implica resgatar sua relevância não apenas como memória cultural, mas como ferramenta de análise das tensões, contradições e possibilidades presentes na sociedade contemporânea.

5 O PAPEL SOCIAL E EDUCATIVO DO FOLCLORE

O folclore, enquanto expressão da cultura popular, não se restringe a um conjunto de manifestações artísticas ou a um repositório de tradições herdadas do passado. Ele constitui um instrumento dinâmico de formação identitária e de construção social, sendo transmitido de geração em geração por meio de práticas coletivas que integram oralidade, símbolos, gestos e narrativas (Cascardo, 2012). Ao assumir essa dimensão, o folclore ultrapassa a condição de “curiosidade cultural” e se converte em elemento essencial para a educação, tanto formal quanto informal, exercendo papel social e pedagógico significativo.

De acordo com Burke (2000), as culturas populares cumprem função central na preservação das memórias coletivas, funcionando como uma espécie de “arquivo vivo” que resiste às pressões homogeneizadoras impostas pela globalização. Nesse sentido, o folclore brasileiro, em sua diversidade, reflete a pluralidade étnica e cultural do país, possibilitando aos indivíduos reconhecerem-se como sujeitos históricos vinculados a tradições específicas. Essa perspectiva tem impacto direto na educação, já que valorizar o folclore implica oferecer à comunidade escolar acesso a referências culturais que reforçam a autoestima coletiva e promovem o respeito à diversidade.

Na tradição educacional brasileira, a incorporação do folclore ao ensino foi marcada por diferentes fases. Durante o movimento modernista, intelectuais como Mário de Andrade e Câmara Cascudo advogaram pela valorização do popular como matriz para uma pedagogia autenticamente nacional (Moraes, 2019). Contudo, ao longo do tempo, a presença efetiva do folclore nos currículos escolares tornou-se irregular e, muitas vezes, restrita a datas comemorativas, como a “Semana do Folclore”, instituída em 1965. Tal abordagem fragmentada acaba por reduzir a potencialidade educativa do folclore, limitando-o a uma dimensão decorativa, em detrimento de sua função formadora (Lima, 2021).

Do ponto de vista social, o folclore também opera como instrumento de coesão e integração comunitária. As festas populares, as narrativas orais e as músicas tradicionais, por exemplo, configuram espaços de sociabilidade que reforçam os laços coletivos e promovem a solidariedade (Cavalcanti, 2013). Na escola, tais práticas podem ser ressignificadas como experiências pedagógicas que favorecem a interdisciplinaridade, articulando conhecimentos de história, literatura, artes, geografia e até mesmo ciências sociais.

Além disso, o folclore tem papel fundamental na formação ética e cidadã, pois transmite valores, normas de convivência e formas de interpretação do mundo. Como lembra Brandão (2002), a educação não se restringe ao espaço escolar, mas ocorre em todo processo de socialização, sendo o folclore um canal privilegiado para a construção de identidades sociais. Ao estudar cantigas, provérbios ou mi-

tos populares, a criança ou o jovem não apenas acessa um patrimônio cultural, mas internaliza modos de pensar, agir e relacionar-se com o coletivo.

As políticas públicas de educação, especialmente a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/1996), reforçam a necessidade de incluir conteúdos relacionados à diversidade cultural brasileira. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por sua vez, recomenda a valorização de manifestações culturais regionais, dentro da perspectiva da pluralidade e do respeito às diferentes tradições (Brasil, 2017). Nesse cenário, o folclore constitui ferramenta estratégica para alcançar tais objetivos, pois permite a articulação entre identidade local e cidadania global.

Entretanto, é importante destacar que a utilização educativa do folclore não deve reproduzir estereótipos ou visões simplistas, mas sim promover a reflexão crítica sobre as tradições e seus significados contemporâneos. Conforme destaca Silva (2018), a educação patrimonial vinculada ao folclore precisa problematizar a forma como os saberes populares foram historicamente marginalizados, reconhecendo as tensões e disputas de poder envolvidas na legitimação de determinadas práticas culturais.

Outro aspecto central é a contribuição do folclore para a educação intercultural. Em um país marcado por intensa diversidade étnica, o reconhecimento dos saberes indígenas, afro-brasileiros e de comunidades tradicionais constitui não apenas um ato de justiça histórica, mas também uma prática pedagógica inclusiva. O ensino do folclore, nesse contexto, pode servir como meio de valorização das culturas subalternizadas, permitindo que vozes historicamente silenciadas sejam integradas ao espaço escolar (Oliveira; Santos, 2020).

6 DISCUSSÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO AFASTAMENTO DA PESQUISA FOLCLÓRICA NO BRASIL NOS ÚLTIMOS ANOS

A trajetória da pesquisa folclórica no Brasil foi marcada por ciclos de ascensão, consolidação e declínio. Se, por um lado, o século XX inaugurou uma fase de valorização e sistematização do folclore como campo legítimo de estudo, por outro, as décadas finais desse mesmo século testemunharam o enfraquecimento institucional e acadêmico das iniciativas voltadas para a preservação, análise e difusão das manifestações culturais populares. Neste cenário, torna-se imprescindível discutir a necessidade de restaurar a pesquisa folclórica no Brasil, reconhecendo sua relevância não apenas como registro de tradições, mas também como instrumento de identidade cultural, resistência simbólica e inclusão social.

A restauração das pesquisas folclóricas deve ser compreendida a partir de uma visão crítica e contemporânea, que ultrapasse a noção do folclore como simples resíduo cultural ou herança do passado. Como defende Cascudo (1954), o folclore constitui um “museu vivo do povo”, permanentemente atualizado nas práticas sociais cotidianas. Este entendimento reforça que a pesquisa folclórica não se limita à coleta de manifestações tradicionais, mas deve acompanhar as dinâmicas sociais, as ressignificações culturais e os processos de interação entre tradição e modernidade.

No contexto atual, o Brasil vivencia intensas transformações culturais mediadas pela globalização, pelo avanço das tecnologias digitais e pelas pressões do mercado cultural. Tais processos colocam em risco a continuidade de saberes e práticas tradicionais, sobretudo aqueles vinculados a comunidades periféricas, indígenas e rurais. Nesse sentido, restaurar a pesquisa folclórica é também um mecanismo de enfrentamento da homogeneização cultural, promovida pelo consumo globalizado de bens simbólicos (Canclini, 2005). A pesquisa sistemática pode contribuir para documentar, analisar e valorizar manifestações que, muitas vezes, são invisibilizadas pelo circuito oficial da cultura.

Outro aspecto crucial refere-se à função educativa e social do folclore. Como lembra Câmara Cascudo (1984), o folclore constitui um repositório de pedagogias populares, transmitidas por meio de narrativas orais, cantos, festas e práticas comunitárias. Integrar essas dimensões ao currículo escolar e aos projetos de educação patrimonial exige pesquisas atualizadas, capazes de traduzir os significados dessas manifestações para as novas gerações. É por meio do estudo crítico e rigoroso que o folclore pode deixar de ser visto apenas como ilustração folclórica em datas comemorativas e assumir seu lugar como ferramenta de formação cidadã.

A restauração da pesquisa folclórica no Brasil também deve contemplar sua inserção interdisciplinar. Nos últimos anos, a antropologia, a sociologia, a educação e mesmo os estudos da comunicação passaram a se aproximar das manifestações populares, mas muitas vezes sem diálogo direto com a tradição folclorista brasileira. Como observa Sant’Anna (2014), a marginalização do folclore como disciplina específica levou à dispersão de seus objetos entre outros campos, o que enfraqueceu sua legitimidade acadêmica. Recuperar o estatuto científico da pesquisa folclórica não implica necessariamente o retorno às antigas categorias, mas o fortalecimento de redes de investigação capazes de articular metodologias clássicas de coleta com ferramentas contemporâneas de análise.

Nesse sentido, iniciativas de digitalização e arquivamento online de registros orais, musicais e visuais podem representar um novo horizonte para os estudos do folclore. Projetos de humanidades digitais aplicados ao folclore têm o potencial de democratizar o acesso a acervos, aproximar pesquisadores e comunidades e

criar novas formas de participação social. Como argumenta Burke (2010), a preservação das culturas tradicionais na era digital exige tanto rigor metodológico quanto sensibilidade para compreender os novos formatos de circulação cultural.

Por outro lado, não se pode negligenciar a dimensão política desse processo. O enfraquecimento das pesquisas em folclore no Brasil esteve intimamente associado ao desmonte de políticas públicas culturais e à centralização dos investimentos em áreas consideradas “mais estratégicas” ou “rentáveis” (Ortiz, 2019). Observa-se que o ato de restaurar a pesquisa folclórica, portanto, demanda também a revitalização de instituições como o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura Popular (IBAC) e a reestruturação de programas de incentivo vinculados a universidades, museus e órgãos de patrimônio. Além disso, é necessária uma política de fomento que considere o protagonismo das próprias comunidades portadoras das tradições, evitando perspectivas folcloristas colonizadoras.

Ademais, é fundamental reconhecer o folclore como um campo que dialoga diretamente com as agendas contemporâneas de diversidade cultural, direitos humanos e sustentabilidade. Muitas práticas tradicionais carregam saberes ambientais, formas alternativas de organização social e visões de mundo que podem enriquecer o debate atual sobre desenvolvimento sustentável e interculturalidade. Nesse sentido, restaurar a pesquisa folclórica significa, também, devolver às comunidades o direito à memória e ao reconhecimento de seus próprios sistemas de conhecimento (Brandão, 2012).

Diante de tais perspectivas, a restauração da pesquisa folclórica no Brasil deve ser entendida não como um retorno nostálgico ao passado, mas como a construção de um novo paradigma de investigação cultural. Esse paradigma precisa aliar a valorização da tradição com a abertura para as transformações sociais e tecnológicas, promovendo um diálogo contínuo entre o popular e o erudito, o local e o global, o passado e o presente.

Assim, reafirma-se que o futuro da pesquisa folclórica no Brasil depende de um movimento duplo: de um lado, o resgate da legitimidade acadêmica e institucional do campo; de outro, o fortalecimento de sua função social e educativa, de modo a assegurar que as manifestações culturais populares sejam preservadas, reinterpretadas e transmitidas às próximas gerações. Trata-se, em última instância, de reconhecer que o folclore é um patrimônio vivo, cuja pesquisa é fundamental para a construção de uma sociedade mais plural, consciente e democrática.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou refletir sobre o conceito de folclore, a história de

sua pesquisa no Brasil, os momentos de declínio e marginalização, bem como suas dimensões sociais e educativas, culminando na defesa da necessidade de restaurar a centralidade dessa área no campo científico e cultural brasileiro. Ao longo do percurso analítico, ficou evidente que o folclore não pode ser reduzido a um conjunto de tradições populares cristalizadas no tempo, mas deve ser compreendido como um sistema dinâmico de práticas, saberes, crenças e representações que atravessam e estruturam a vida social, manifestando-se tanto em expressões tradicionais quanto em fenômenos culturais contemporâneos.

Na revisão das origens e consolidação da pesquisa folclórica no Brasil, destacou-se a importância de instituições como a Comissão Nacional de Folclore, as contribuições de pesquisadores pioneiros como Câmara Cascudo, Renato Almeida e Mário de Andrade, além das influências de organismos internacionais, como a UNESCO, que nos anos 1950 impulsionaram a valorização das manifestações culturais populares. Esse momento representou o auge do folclore como campo disciplinar, ancorado em metodologias de coleta e sistematização de dados, no intuito de preservar e compreender a pluralidade cultural brasileira.

Contudo, a análise do declínio e da marginalização da pesquisa folclórica evidenciou que, a partir das décadas de 1970 e 1980, fatores institucionais, políticos e epistemológicos contribuíram para o enfraquecimento do campo. O avanço das ciências sociais, especialmente da antropologia, reconfigurou os debates sobre cultura popular, deslocando o folclore para uma posição secundária, muitas vezes estigmatizada como disciplina antiquada ou marcada por visões essencialistas. Essa marginalização resultou em perda de reconhecimento acadêmico, menor investimento em pesquisas e um distanciamento entre o campo folclórico e outras áreas das ciências humanas.

Apesar desse cenário, a investigação demonstrou que o folclore continua exercendo papel social e educativo fundamental. Na escola, o folclore pode atuar como recurso pedagógico para promover a valorização das identidades locais e nacionais, além de estimular a consciência crítica sobre as desigualdades socioculturais. No campo social, a manutenção e a transmissão das tradições populares fortalecem a coesão comunitária e possibilitam a resistência cultural frente a processos de homogeneização impostos pela globalização. Dessa forma, o folclore mostra-se como ferramenta estratégica não apenas de preservação cultural, mas também de promoção da cidadania e da diversidade.

Nesse sentido, defendeu-se a necessidade urgente de restaurar a pesquisa folclórica no Brasil, mediante a rearticulação entre universidades, centros de memória e políticas públicas culturais. A retomada não implica um retorno acrítico às práticas do passado, mas um diálogo renovado com os desafios contemporâneos, como a digitalização das manifestações populares, o fortalecimento de políticas de

patrimônio imaterial e a integração interdisciplinar com a antropologia, a sociologia, a educação e a comunicação.

As considerações finais indicam, portanto, que a revitalização da pesquisa folclórica deve se fundamentar em dois eixos principais: (1) a construção de um arcabouço teórico-metodológico atualizado, capaz de compreender o folclore como fenômeno vivo e em constante transformação; e (2) o estabelecimento de políticas públicas e acadêmicas que garantam o reconhecimento do folclore como área legítima de investigação científica, contribuindo para o fortalecimento da memória social e da identidade cultural do país.

Conclui-se que a restauração da pesquisa folclórica no Brasil é mais do que uma necessidade acadêmica: trata-se de uma exigência histórica, política e social. O fortalecimento desse campo permitirá não apenas recuperar uma tradição intelectual de grande relevância, mas também lançar novos olhares sobre os processos culturais que constituem a sociedade brasileira, reafirmando a diversidade como elemento central de nossa identidade coletiva.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mário de. *Aspectos da música brasileira*. 4. ed. São Paulo: Martins, 1972.
- BAUMAN, Richard. *Folklore, Cultural Performances, and Popular Entertainments*. New York: Oxford University Press, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é folclore*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2017.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2015.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. O folclore e a escola: uma abordagem cultural. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, p. 31-47, 2013.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- IPHAN. *Patrimônio imaterial: políticas e ações*. Brasília: IPHAN, 2010.
- LIMA, Ana Carolina de. Folclore e educação: permanências e desafios contemporâneos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, n. 83, p. 1-18, 2021.
- MORAES, Eduardo Jardim de. *Mário de Andrade: a educação pela arte e o folclore*. Rio

de Janeiro: Rocco, 2019.

NAPOLITANO, Marcos. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

OLIVEIRA, Renata; SANTOS, Eliana. Folclore, diversidade e educação intercultural. *Cadernos CEDES*, v. 40, n. 111, p. 45-61, 2020.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2019.

ROMERO, Sílvio. *Cantos populares do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1883.

SANT'ANNA, Márcia. *Patrimônio imaterial e cultura popular no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contracapa, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

THOMS, William John. Letter to the editor. *The Athenaeum*, London, n. 982, p. 862-863, 1846.

UNESCO. *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular*. Paris: UNESCO, 1989.

UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Paris: UNESCO, 2003.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro, 1947-1964*. Rio de Janeiro: Funarte, 1997.

O livro “Folclore: segmento da cultura” propõe uma reflexão crítica e interdisciplinar sobre as manifestações culturais populares, compreendendo o folclore como expressão viva da memória, da identidade e da resistência dos povos. Longe de uma visão folclorista tradicional, a obra adota uma perspectiva contemporânea, que reconhece o folclore como campo dinâmico, permeado por disputas simbólicas e sociais. Reunindo pesquisas que abordam desde festas e narrativas orais até saberes artesanais e práticas de cura, o volume valoriza o conhecimento produzido nas comunidades e questiona os paradigmas coloniais que marcaram os estudos culturais. Voltado a acadêmicos, educadores e agentes culturais, este livro convida à escuta sensível e à valorização das culturas populares como fundamento de um saber plural e transformador.

ISBN: 978-65-6068-209-2

